



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9º andar, Porto

Capital social: 46.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477

Resultados 9 meses, 2021

(informação não auditada)

- **Volume de Negócios consolidado de 241,7 milhões de euros**
Crescimento de 13% face ao mesmo período de 2020
- **EBITDA consolidado de 54,0 milhões de euros.**
Crescimento de 50,5% face ao período homólogo de 2020
- **Resultado líquido consolidado de -20,2 milhões euros**
Melhoria de 45,3% face ao período homólogo de 2020

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Atualização Covid-19

O termo do primeiro semestre ficou marcado por um agravamento da situação pandémica em Portugal devido ao aumento da circulação da variante Delta. Porém, ao longo do terceiro trimestre verificou-se uma melhoria substancial no controlo da pandemia, por efeito da aceleração do ritmo de vacinação na Península Ibérica.

Durante este período assistimos a um abrandamento das restrições impostas à mobilidade das pessoas e das limitações de horários de funcionamento do retalho, o que permitiu que as férias de verão tivessem decorrido num ambiente de maior normalidade para os residentes - ainda que com uma perda substancial de turistas - e que se tivesse verificado um aumento dos níveis de confiança dos consumidores, que permitiu uma recuperação da atividade a um ritmo mais elevado.

A retoma verificada nos meses de Agosto e Setembro, que beneficiou do início da recuperação do turismo, evoluiu favoravelmente nos meses seguintes - tendência que se manterá se não ocorrerem novas restrições - ainda que a atividade nos aeroportos evidencie uma evolução mais lenta.

No final do terceiro trimestre, o grupo permanecia em Espanha com cerca de 16% dos colaboradores em ERTE (equivalente ao lay off), por efeito sobretudo da reduzida atividade nos aeroportos, enquanto em Portugal todas as participadas já haviam saído do regime de proteção de emprego.

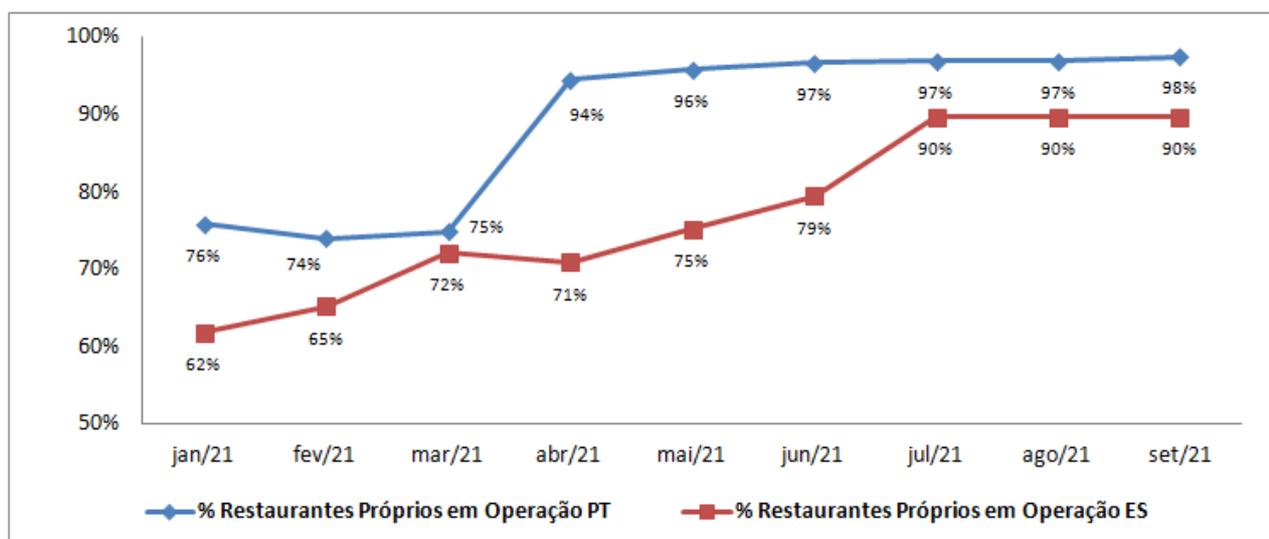
Atividade

Para efeitos de comparabilidade com outras empresas do sector e exercícios anteriores, o grupo recorre a indicadores alternativos de desempenho, mencionados ao longo deste ponto, cuja definição e reconciliação pode ser consultada no glossário.

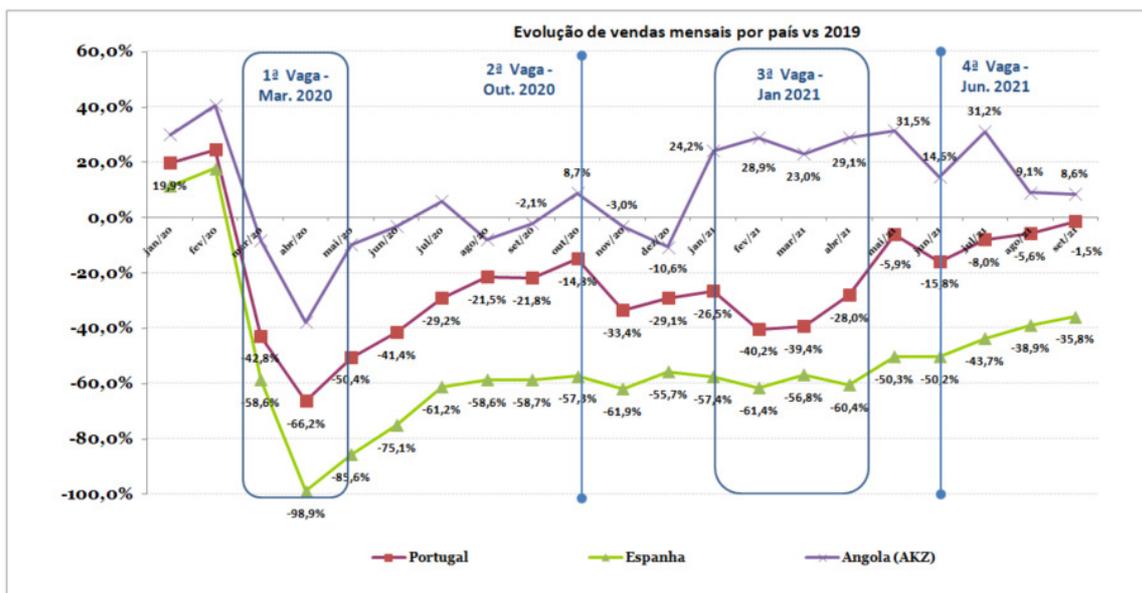
Com a progressiva diminuição das restrições à mobilidade durante os meses de verão, decorrente do crescente aumento do número de pessoas vacinadas, o volume de negócios consolidado nos primeiros nove meses de 2021 ascendeu a 241,7 milhões de euros que compara com 213,9 milhões registado no período homólogo de 2020, o que corresponde a um crescimento de 13%.

Volume de Negócios (milhões de euros)	9M 2021	9M 2020	Var. 21/20	9M 2019	Var 21/19
Vendas Restauração	235,5	208,6	12,9%	343,1	-31,4%
Vendas Mercadorias	5,0	4,3	17,0%	10,4	-51,5%
Prestação Serviços	1,1	1,0	16,7%	2,7	-57,8%
Volume de Negócios	241,7	213,9	13,0%	356,2	-32,1%

A reabertura gradual da generalidade dos restaurantes ao longo deste terceiro trimestre - ainda que com algumas limitações - permitiu que, no final de setembro, a Ibersol tivesse 95% dos restaurantes próprios em operação, estando os restaurantes encerrados maioritariamente localizados em aeroportos e estações de serviço.



A evolução das vendas face ao ano de 2019 evidencia o efeito das restrições que foram sendo implementadas, desde 2020, nos diferentes países onde operamos, bem como os períodos em que as mesmas foram reduzidas, sendo claro que a atividade foi melhorando em resultado de um melhor comportamento da procura e uma maior adequação dos negócios às vicissitudes do entorno.

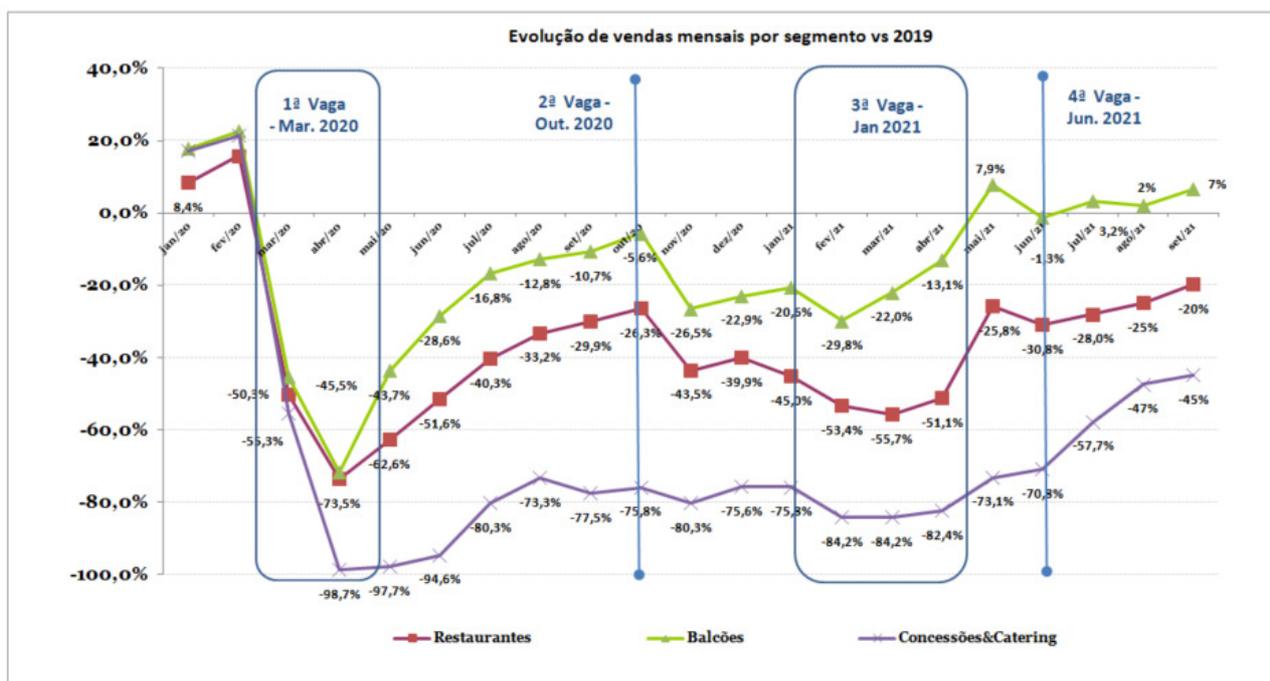


Em Portugal, apesar dos efeitos da 4ª vaga em Junho, que se prolongaram até ao início do verão, registamos o melhor desempenho desde o início da pandemia, com a atividade em Setembro a registar uma perda de apenas 1,5% face ao período homólogo de 2019, apesar de o acesso aos restaurantes ter estado limitado nos meses de Julho e Agosto aos portadores de certificado de vacinação.

Em Espanha, com um menor número de restaurantes com serviço de drive thru e localizações mais dependentes do turismo e do tráfego dos centros de cidade, verifica-se uma recuperação mais significativa a partir do mês de Julho, diretamente relacionada com a evolução positiva dos tráfegos nos aeroportos, resultante do levantamento gradual das restrições nos principais mercados europeus (Reino Unido, Alemanha, França e Itália), ainda que continuem num patamar inferior ao que se regista em Portugal.

As vendas dos restaurantes localizados em Angola traduzem a evolução em moeda local que não contempla os impactos decorrentes da conversão da moeda - continuando a ser as menos penalizadas pelo efeito da pandemia.

A evolução das vendas por segmentos, ilustra os diferentes impactos das restrições vigentes até setembro de 2021 e a respetiva comparação com o período homólogo de 2019.



O segmento de concessões e catering - apesar de continuar a ser o mais penalizado evidenciou neste trimestre um ritmo de recuperação significativo por efeito do levantamento das restrições e limitações do tráfego aéreo, bem como do ritmo de vacinação que acelerou o aumento da confiança dos consumidores.

Em Espanha, onde o grupo opera restaurantes em nove aeroportos, o tráfego de passageiros registou perdas no 3º trimestre de 46% (77% no segundo trimestre), quando comparadas com as de 2019, sendo os aeroportos localizados nas ilhas Canárias e Baleares menos penalizados do que os urbanos. Em Portugal, as perdas foram de 45% no terceiro trimestre nos aeroportos em que o grupo tem presença.

De salientar que a sazonalidade dos meses de Julho e Agosto não atingiu os valores habituais, embora se tenha prolongado nos meses seguintes, o que traduz um sinal de retoma dos níveis de confiança dos passageiros e da intenção de recuperar hábitos e padrões de consumo interrompidos pela pandemia.

Vendas Restauração (milhões de euros)	9M 2021	9M 2020	Var. 21/20	9M 2019	Var 21/19
Restaurantes	49,3	49,3	0,0%	77,3	-36,2%
Balcões	152,1	127,3	19,4%	164,8	-7,8%
Concessões e Catering	34,2	32,0	6,8%	101,0	-66,1%
Vendas Restauração	235,5	208,6	12,9%	343,1	-31,4%

O ritmo de recuperação da atividade nos restaurantes com serviço à mesa, no início do trimestre, foi condicionado pelo agravamento das medidas de combate à propagação da variante Delta que se traduziram em limitações na ocupação das salas e na redução dos horários de funcionamento

dos restaurantes e do restante retalho localizado nos centros comerciais, em função da taxa de incidência por região.

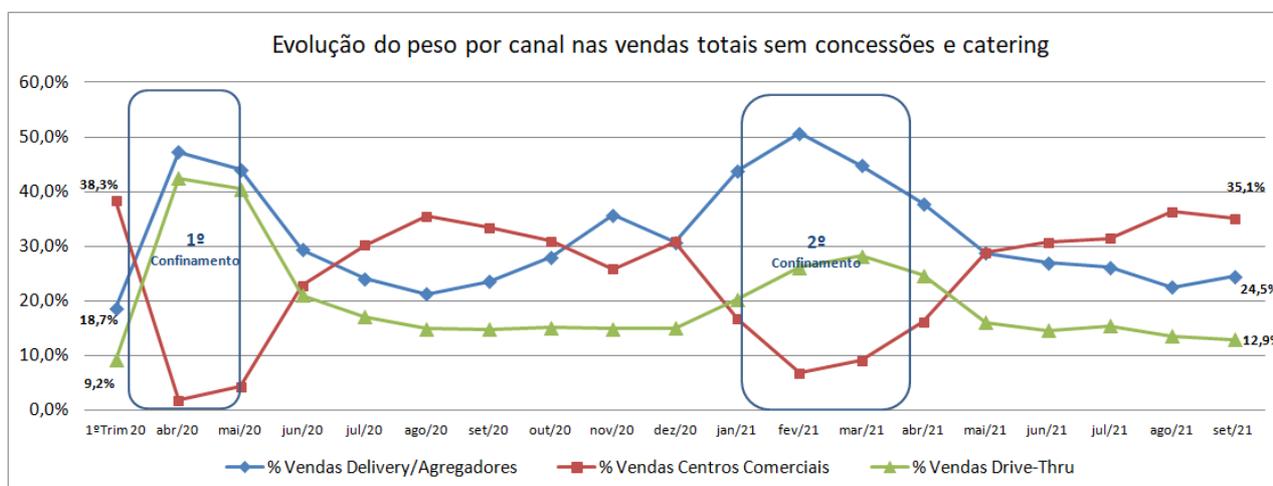
Apesar de todas as condicionantes, este segmento evidenciou uma recuperação gradual, tendo registado em Setembro - último mês de restrições – o melhor desempenho relativo desde o início da pandemia, com um nível de atividade de 80% quando cotejado com o do mês homólogo de 2019.

O segmento de balcões evidencia, uma vez mais, uma maior resiliência às medidas restritivas tendo superado consecutivamente durante os três meses do terceiro trimestre o volume de vendas do período homólogo de 2019 e registando crescimentos de 19,4% face aos primeiros nove meses de 2020, para o que contribuíram três fatores:

- i) o impacto da expansão, nomeadamente das marcas Burger King, KFC e Taco Bell que ocorreu na segunda metade de 2019 e final de 2020;
- ii) a manutenção em funcionamento de uma parte significativa dos restaurantes com serviço de delivery e take away, desde que foi decretado o estado de emergência;
- iii) o bom desempenho dos restaurantes com serviço de Drive (operados pelas marcas Burger King e KFC) que têm superado as perdas incorridas no interior dos mesmos.

As vendas de delivery, que permitiram compensar parcialmente o impacto das limitações da operação nos segmentos de restaurantes e balcões nos períodos de confinamento, com a retoma gradual da normalidade tendem a reduzir o seu peso, representando, todavia, em setembro 24,5% das vendas - excluindo as vendas do segmento de concessões e catering) , sendo cerca de 6 p.p. superiores às do primeiro trimestre de 2020, período prévio ao impacto da pandemia.

O canal de Drive-Thru, à semelhança do delivery, registou um aumento da procura durante os períodos de confinamento, passando a fazer parte dos hábitos de consumo dos nossos clientes, o que se traduziu num aumento do peso relativo deste canal que em setembro representava 13% das vendas do retalho, comparativamente com os 9% do primeiro trimestre de 2020.



Durante os primeiros nove meses do ano, verificou-se o encerramento definitivo de 17 unidades, 12 das quais franquizadas e concretizou-se a abertura de quatro novos restaurantes da Pizza Hut e Burger King em Portugal e a conversão de dois restaurantes Pasta Caffé em Taco Bell.

O encerramento dos 5 restaurantes próprios resultou da opção de não renovação de 3 contratos de arrendamento (dois restaurantes da Pans e um da Pizza Hut) e do termo dos contratos de concessão de dois restaurantes localizados nos aeroportos de Madrid e Bilbao.

No final de Setembro, o número total de unidades era de 610 (530 próprias e 80 franquizadas), conforme se passa a explicitar:

Nº Unidades	2020	2021			2021
	31/Dec	Aberturas	Transf	Encerramentos	30/Sep
PORTUGAL	362	4	0	1	365
Próprias	361	4	0	1	364
Pizza Hut	97	3		1	99
Okilo+MIT+Ribs	4				4
Pans+Roulotte	42				42
Burger King	107	1			108
KFC	35				35
Pasta Caffé	4		-2		2
Quiosques	8				8
Taco Bell	4		2		6
Cafetarias	27				27
Catering	10				10
Concessões e Outros	23				23
Franquiadas	1				1
ESPAÑA	248	0	0	16	232
Próprias	160	0	0	4	156
Pizza Móvil	14				14
Pizza Hut	3				3
Burger King	38				38
Pans	30			2	28
Ribs	13				13
FrescCo	2				2
KFC	2				2
Concessões	58			2	56
Franquiadas	88	0	0	12	76
Pizza Móvil	8			3	5
Pans	48			6	42
Ribs	20			1	19
Fresco	5			1	4
SantaMaria	7			1	6
ANGOLA	10	0	0	0	10
KFC	9				9
Pizza Hut	1				1
Outras Localizações - Franquiadas	3	0	0	0	3
Pans	3				3
Total Próprias	531	4	0	5	530
Total Franquiadas	92	0	0	12	80
TOTAL	623	4	0	17	610

Resultados Operacionais e Financeiros

O **resultado operacional** consolidado no final dos primeiros nove meses, atingiu o valor de -9,8 milhões de euros, que compara com o registado em igual período de 2020 que ascendeu a -31,6 milhões de euros.

O confinamento geral que determinou o encerramento dos restaurantes até meados de Abril e a operação limitada nos segundo e terceiro trimestre voltaram a penalizar o desempenho operacional do grupo. A capacidade de adaptação a esta nova realidade e os apoios reconhecidos ao abrigo dos planos de proteção ao emprego e incentivo à normalização da atividade empresarial, permitiram uma recuperação significativa do resultado operacional face ao período homólogo de 2020 de +69,1%, evidenciando uma melhor capacidade de resposta e adaptação à crise pandémica.

De salientar que, nos termos do disposto no IFRS16, foi reconhecido a partir de 1 de Janeiro de 2019 o direito de uso dos espaços objeto de contratos de locação celebrados com a AENA e registado no ativo da sociedade, por contrapartida do passivo correspondente à totalidade das rendas a pagar durante o período contratual (em valores atualizados), pelo que estão reconhecidos integralmente os custos relacionados com as locações nos aeroportos em Espanha, pois não foi acordado o seu reequilíbrio com a AENA.

(Milhões de euros)	9M 2021	% Volume Negócios	9M 2020	% Volume Negócios	var.
Volume de Negócios	241,7	100,0%	213,9	100,0%	13,0%
Vendas	240,6	99,5%	212,9	99,6%	13,0%
Prestações de serviços	1,1	0,5%	1,0	0,4%	16,7%
Custos Operacionais					
Custo das vendas	60,2	24,9%	54,0	25,2%	11,5%
margem bruta %	75,1%		74,8%		+0.3p.p.
Fornecimentos e serviços externos	57,0	23,6%	49,8	23,3%	14,3%
Custos com o pessoal	79,4	32,9%	78,6	36,7%	1,1%
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI	63,7	26,4%	67,4	31,5%	-5,5%
Outros proveitos/(custos) operacionais	-8,9	-3,7%	-4,3	-2,0%	104,0%
Total de custos operacionais	251,5	104,0%	245,4	114,8%	2,4%
Resultados Operacionais	-9,8	-4,0%	-31,6	-14,8%	69,1%
margem	-4,0%		-14,8%		+10.8p.p.
Ebitda	54,0	22,3%	35,9	16,8%	50,5%
margem	22,3%		16,8%		+5,5p.p.

O **volume de negócios** ascendeu a 241,7 milhões de euros o que representa um aumento de 27,8 milhões de euros face ao período homólogo de 2020, decorrente do melhor desempenho em Portugal de 18,5 milhões de euros e de 9,0 milhões em Espanha.

A **margem bruta** registada foi de 75,1% do volume de negócios, 0,3p.p. superior à do período homólogo (Acumulado 3º Trimestre 20: 74,8%).

Os **custos com pessoal** aumentaram 1,1%, tendo o peso desta rubrica passado a representar 32,9% do volume de negócios (Acumulado 3º Trimestre 20: 36,7%).

No decurso deste ano e para conciliar a redução da atividade e a proteção dos empregos, as empresas do grupo aderiram ao ERTE e Lay Off simplificado em Espanha e Portugal e ao programa de Apoio à Retoma Progressiva, ao abrigo dos quais resultou uma redução dos custos com pessoal no valor de 8,5 milhões de euros.

Por outro lado e por força das consequências do impacto da pandemia na atividade do grupo em Espanha, foi realizado um “ERE” (Expediente de Regulação de Emprego), no âmbito do plano de racionalização da estrutura de suporte aos negócios, que determinou o pagamento de indemnizações aos colaboradores que ascenderam a cerca de 1 milhão de euros.

Os custos com **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 14,3% passando a representar 23,6% do volume de negócios, o que traduz um aumento de 0,3 p.p. face ao período homólogo de 2020 (9M 2020: 25,6%).

Durante os primeiros nove meses do ano, o grupo concretizou algumas negociações de contratos de prestação de serviços com uma natureza mais fixa que permitiram mitigar parte das perdas provocadas pelo segundo encerramento dos restaurantes. No terceiro trimestre, os custos fixos tenderam a voltar à normalidade e o elevado peso das vendas de delivery conduziram a um aumento no peso desta rubrica.

Por outro lado, em resultado da aplicação do “Amendments à IFRS 16” (tratamento dos benefícios já acordados às locações), estão deduzidos 3,6 milhões de euros de descontos de locações, decorrentes dos acordos com os locadores até 30 de Setembro e da redução das rendas mínimas nos centros comerciais em Portugal em resultado da aplicação da Lei n.º4-A/2021 no período de Janeiro a Junho de 2021.

Os **outros proveitos e custos operacionais** no valor total de 8,9 milhões de euros representam um aumento de 4,6 milhões de euros face ao período homólogo de 2020, diferença essa que é maioritariamente explicada pelos apoios governamentais no âmbito da pandemia Covid-19 reconhecidos no período:

- No âmbito dos programas Apoiar e do Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial foram reconhecidos 7,5 milhões de euros até Setembro de 2021 comparativamente aos 1,8 milhões de euros atribuídos em igual período de 2020;
- Redução em proveitos provenientes do registo de diferenças de câmbio favoráveis em 2,2 milhões de euros, em Angola;

As amortizações, depreciações, perdas por imparidade de AFT, direito de uso e Goodwill, no acumulado dos nove meses de 2021 totalizaram 63,7 milhões de euros, dos quais 42,5 milhões correspondem a amortizações dos direitos de uso.

A redução de cerca de 3,7 milhões de euros face ao período homólogo de 2020, resulta maioritariamente das perdas de imparidade reconhecidas no ano anterior no valor total de 4,2 milhões de euros.

O **EBITDA** ascendeu a 54,0 milhões de euros, representando um aumento de 50,5% face a igual período do ano anterior.

A margem EBITDA total foi de 22,3% do volume de negócios que compara com 16,8% em igual período do ano anterior.

O **Resultado Financeiro** nos primeiros nove meses de 2021 foi negativo em 14,3 milhões de euros, menos 0,7 milhões do que o registado em igual período de 2020.

(Milhões de euros)	9M 2021	% Volume Negócios	9M 2020	% Volume Negócios	var.
Resultado Financeiro	14,3	5,9%	15,4	7,2%	-6,7%
Gastos e perdas financeiras	14,8	6,1%	16,3	7,6%	-9,3%
Rendimentos e ganhos financeiros	0,4	0,2%	0,9	0,4%	-52,8%

Os gastos e perdas financeiras totalizaram 14,8 milhões de euros o que traduz uma redução de 1,1 milhões de euros face ao período homólogo de 2020. Uma parte destes gastos e perdas, corresponde aos juros com locações no valor de 11,6 milhões (12,6 milhões nos primeiros nove meses de 2020).

Os juros líquidos suportados com financiamento e as comissões associadas atingiram o montante de 2,1 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio dos empréstimos de 1,8%.

O terceiro trimestre registou mais de metade do Ebitda acumulado nos nove meses. A recuperação gradual da atividade permitiu que o resultado líquido no terceiro trimestre tenha sido positivo apesar da rigidez dos custos de locação dos Aeroportos em Espanha.

(Milhões de euros)	1º TRIM 2021	2º TRIM 2021	3º TRIM 2021	3º TRIM 2020	VAR 3 TRIM %
Proveitos operacionais					
Vendas	55,4	78,8	106,3	79,9	33,1%
Prestações de serviços	0,2	0,4	0,5	0,4	41,3%
Total de proveitos operacionais	55,7	79,2	106,8	80,2	33,1%
Custos Operacionais					
Custo das vendas	14,4	19,9	25,9	20,3	27,7%
Fornecimentos e serviços externos	15,4	18,5	23,0	13,1	75,9%
Custos com o pessoal	21,1	28,4	29,9	25,8	16,0%
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	21,3	21,3	21,1	20,5	3,0%
Outros proveitos e custos operacionais	-2,5	-5,3	-1,1	0,4	396,6%
Total de custos operacionais	69,7	82,8	98,9	80,0	23,6%
Resultados Operacionais	-14,1	-3,6	7,9	0,2	3132,2%
Ebitda	7,2	17,7	29,0	20,7	40,1%
Gastos e perdas financeiras	4,9	4,9	4,9	5,3	-7,6%
Rendimentos e ganhos financeiros	0,2	0,1	0,1	0,2	-41,4%
Ganhos (perdas) em associadas e empreend.conjuntos	-0,2	0,1	0,1	-0,2	-132,3%
Resultados antes de impostos	-19,0	-8,4	3,2	-5,1	163,4%
Imposto sobre o rendimento	-3,2	-1,2	0,4	-1,5	129,1%
Resultado líquido consolidado	-15,7	-7,2	2,8	-3,5	178,5%

As vendas do terceiro trimestre cresceram 33%, quando comparadas com o período homólogo, enquanto os custos operacionais aumentaram 23,6%, com a generalidade das rubricas a evoluir abaixo do acréscimo de vendas, apesar do significativo aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos que em 2020 beneficiou de importantes benefícios de redução das rendas das locações.

Em consequência o Ebitda cresceu 40% e atingiu a importância de cerca de 29 milhões de euros (mais 8 milhões do que a que se verificou em 2020), tendo o resultado líquido sido positivo em 2,8 milhões de euros.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Ativo consolidado atingiu o montante de 722,7 milhões de euros e o Capital Próprio situou-se em 137,1 milhões de euros, representando cerca de 19% do total do Ativo.

O investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendeu a 14,1 milhões de euros. Cerca de 11,2 milhões, correspondem ao investimento incorrido na concretização do plano de expansão, 7,4 milhões dos quais em restaurantes a abrir nos próximos meses. Os restantes 2,9 milhões de euros na remodelação e modernização de um conjunto de restaurantes.

(milhões de euros)	9M 2021	2020	var.
Adições activos tangíveis	12,9	24,9	-12,0
Adições activos intangíveis	1,2	3,4	-2,2
Capex	14,1	28,3	-14,2

O Passivo corrente ascende a 192,7 milhões de euros dos quais 90,4 milhões correspondem a Responsabilidades com Locações e 22,9 milhões de euros a Empréstimos de curto prazo. Nas responsabilidades com locações está incluído o montante de 41,7 milhões de euros referentes a rendas de Aeroportos de Espanha (AENA) que entendemos como não devidas, 24 milhões referentes ao exercício de 2020 e 17,7 milhões referentes aos primeiros nove meses de 2021.

No que concerne aos Empréstimos refira-se que o Grupo tinha 35 milhões de euros de linhas contratadas e não utilizadas, dos quais 9 milhões de euros com maturidades superiores a 1 ano.

O Passivo consolidado atingiu um montante de 585,6 milhões de euros a 30 de Setembro de 2021, o que representa um aumento de 13,3 milhões de euros, face ao valor final de 2020, sendo que as rendas reclamadas à AENA ascendem a 17,7 milhões de euros.

A 30 de Setembro de 2021, o Capital Próprio ascendia a 137,1 milhões de euros, 19,3 milhões de euros inferiores ao registado no final de 2020.

Demonstração da Posição Financeira Consolidada (milhões de euros)	30/09/2021	31/12/2020	Var.
Total do Activo	722,7	728,7	-6,1
CAPITAL PRÓPRIO	137,1	156,4	-19,3
Dívida Remunerada (Empréstimos)	175,0	165,1	9,9
Responsabilidades com Locações	326,8	329,0	-2,2
Outros Passivos	83,8	78,2	5,5
Total do Capital Próprio e Passivo	722,7	728,7	-6,1

No final dos primeiros nove meses de 2021, a dívida líquida ascendia a 428,1 milhões de euros, cerca de 13 milhões de euros inferiores ao valor em dívida no final de 2020 (441,1 milhões de euros), registando-se um aumento do “Gearing” para 76% (74% em 2020).

A 30 de Setembro de 2021, o total da dívida bancária líquida reduziu 10,8 milhões de euros, situando-se em 101,2 milhões de euros no final do período.

(milhões de euros)	30/09/2021	31/12/2020	var.
Total Empréstimos	175,0	165,1	9,9
Caixa e Depósitos Bancários	-72,0	-50,6	21,4
Outros Activos Financeiros Correntes e Não Correntes	-1,8	-2,4	-0,6
Dívida Bancária Líquida	101,2	112,1	-10,8
Locações	326,8	329,0	-2,2
Dívida Líquida	428,1	441,1	-13,0
Capital Próprio	137,1	156,4	-19,3
Gearing (Dívida Líquida/ Dívida Líquida+Capital Próprio)	76%	74%	

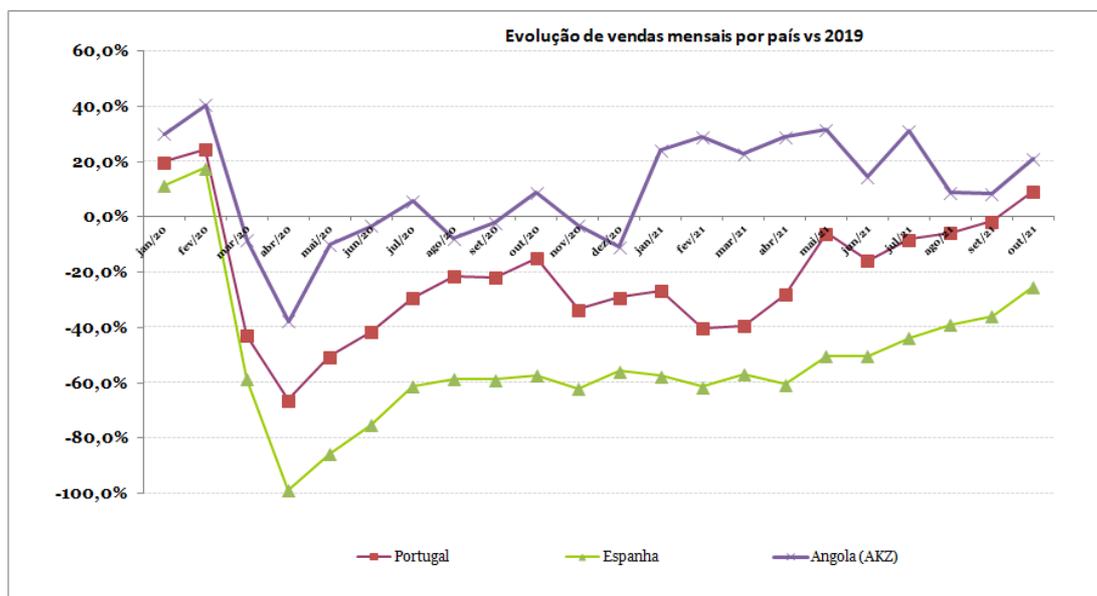
Glossário

Demonstração de Resultados	
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços
Vendas	Vendas de restauração + vendas de mercadorias
Vendas de Restauração	Vendas realizadas pelos restaurantes operados directamente
Vendas de Retalho	Vendas de restauração excluindo vendas realizadas nas concessões e catering
Vendas de Mercadorias	Vendas de mercadorias a terceiros e franquizados
Margem Bruta	Vendas + Prestações de Serviços - Custo das Vendas
Margem EBIT	EBIT / Volume de negócios
Margem EBITDA	EBITDA / Volume de negócios
EBIT (Earnings before Interest and Taxes)	Resultados Operacionais
EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)	Resultados operacionais deduzidos de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de Activos fixos tangíveis, Direitos de uso, Goodwill e Activos intangíveis
Situação Financeira	
Capex	Adições de ativos fixos tangíveis e intangíveis
Racio de cobertura de juros	EBITDA / Juros Totais
Dívida Bancária Líquida	Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos - caixa, depósitos bancários, outros ativos financeiros não correntes e outros ativos financeiros correntes
Dívida Líquida	Dívida Bancária Líquida + Responsabilidades com Locações
Gearing	Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Capital próprio)
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Total do Activo

PERSPETIVAS

As previsões recentes do FMI para 2021, apontam para crescimento de 4,8% do PIB em Portugal e 6,2% em Espanha, o que indicia uma retoma insuficiente, nomeadamente em áreas de negócio que dependem do tráfego e circulação de pessoas, como os aeroportos e centros comerciais.

À data da publicação deste relatório, assistimos ao surgimento de uma nova vaga, na Europa Central, com maior incidência nos países com níveis inferiores de cobertura da vacinação, nos quais começam a ser impostas novas restrições que poderão condicionar a mobilidade das pessoas e consequentemente comprometer o ritmo da retoma verificado nos últimos meses.



Espera-se contudo que, na Península Ibérica, dado o elevado índice de vacinação da população ativa em Portugal e Espanha, não se venham a verificar restrições idênticas às que conduziram aos períodos de confinamento.

A atividade da Ibersol continuará a estar dependente do comportamento da procura que resultará da evolução dos níveis de confiança dos consumidores, que perspetivamos evolua favoravelmente ao longo dos próximos meses até que se atinja um patamar equivalente aos níveis de vendas Pré-Covid, com maior dificuldade em regiões com elevado peso das atividades turísticas caso se venham a verificar novas restrições à mobilidade.

O Grupo Ibersol mantém os planos de prevenção/contingência ativados e recorrerá - sempre que possível - aos mecanismos disponíveis de proteção dos postos de trabalho que permitam minimizar os impactos negativos para o grupo e seus colaboradores.

Adicionalmente às 14 aberturas concretizadas até esta data, daremos continuidade aos planos de expansão das marcas e formatos que maior resiliência têm demonstrado neste período, com a abertura prevista de mais 10 novos restaurantes até ao final do ano.

FACTOS SUBSEQUENTES

1- Ley 13/2021

No dia 2 de outubro de 2021 foi publicada a Ley 13/2021, que prevê novas regras aplicáveis aos contratos de arrendamento de estabelecimentos comerciais para atividades de restauração e retalho localizados em aeroportos geridos pela AENA.

Segundo as regras aprovadas, a renda anual mínima garantida prevista nestes contratos, para o período entre 15 de março de 2020 e 20 de junho de 2020, ambos incluídos, será eliminada e o seu pagamento não será exigível pela AENA e a partir de 21 de junho de 2020, a renda anual mínima garantida estabelecida nos referidos contratos será automaticamente reduzida na proporção direta da redução do volume de passageiros no aeroporto onde se localize o estabelecimento comercial em causa face ao volume de passageiros atingido no mesmo aeroporto em 2019, sendo que esta redução se aplicará em 2020, bem como em todos os anos subsequentes até que o volume anual de passageiros do aeroporto atinja o verificado em 2019.

Com base na interpretação da Ibersol dos termos deste diploma e das estimativas de tráfego revistas de acordo com as últimas previsões de tráfegos da Eurocontrol, estima-se um valor de rendas mínimas garantidas a pagar inferior em cerca de 80 milhões de euros face ao inicialmente estipulado nos contratos, caso as referidas estimativas de tráfego se venham efetivamente a concretizar.

Ao período de 15 de março de 2020 até 30 de setembro de 2021, corresponde um diferencial de rendas de 41,7 milhões de euros que se traduziria de imediato numa redução em igual valor do passivo corrente.

Os efeitos contabilísticos da aplicação da referida lei estão a ser analisados e serão refletidos nas demonstrações financeiras anuais referentes ao ano de 2021. No entanto, considerando que o passivo de locação reflete os compromissos de locação nos termos originais dos contratos, a aplicação da lei resultará necessariamente numa diminuição relevante do passivo de locação e igualmente dos direitos de uso, uma vez que as contribuições de locação associadas a estes contratos deverão ser reconhecidas como rendas e alugueres.

A Ibersol encontra-se igualmente a analisar potenciais impactos na recuperação dos ativos não correntes, atendendo a que da referida lei resultam montantes estimados de rendas a pagar superiores aos reclamados no litígio contra a AENA como também resultará um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo em 2021, sendo difícil a sua quantificação total nas demonstrações financeiras do grupo à data da presente divulgação.

2- Aumento de capital

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Ibersol deliberou a 19 de outubro, um aumento de capital, realizado através de oferta pública de subscrição de dez milhões de ações com o preço de €4 (quatro euros) por ação dirigido aos acionistas da sociedade.

Esta oferta, visa garantir os meios necessários para concretizar as linhas de orientação estratégica e, em especial, retomar a normal cadência de investimentos de expansão, por forma a manter e alargar as quotas de mercados dos negócios e formatos que maior resiliência demonstraram no contexto de crise originada pela pandemia Covid-19.

Encerrado o período de subscrição, a procura total registada representou cerca de 146% do montante da oferta, motivo pelo qual o aumento de capital foi totalmente subscrito e realizado, traduzindo-se num encaixe financeiro bruto de 40 milhões de euros. O aumento de capital está registado na competente Conservatória do Registo Comercial e as novas ações serão admitidas à cotação amanhã.

Porto, 18 de Novembro de 2021

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz

Maria Deolinda Fidalgo do Couto

Ibersol S.G.P.S., S.A.

**Demonstrações Financeiras Condensadas Consolidadas
Intercalares**

30 de Setembro de 2021

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA INTERCALAR
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
 (valores em euros)

ACTIVO	Notas	30/09/2021	31/12/2020
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	8	207 730 920	213 304 027
Direitos de uso	7	255 379 587	281 632 588
Goodwill	9	80 509 642	80 509 642
Activos Intangíveis	9	35 161 851	36 849 594
Investimentos financeiros em emp. conjuntos e associadas	6	3 361 411	2 699 661
Activos financeiros não correntes	6	555 705	574 737
Outros activos financeiros	10	744 100	823 927
Outros activos não correntes	11	8 342 632	7 743 025
Impostos diferidos	6 e 17	18 814 473	14 914 797
Total de activos não correntes	6	610 600 321	639 051 998
Corrente			
Inventários		13 543 141	11 602 015
Imposto s/ rendimento a recuperar	6 e 17	300 301	169 241
Outros activos financeiros	10	1 061 402	1 618 259
Outros activos correntes	13	25 209 123	25 745 207
Caixa e depósitos bancários	12	71 969 290	50 550 293
Total de activos correntes		112 083 256	89 685 015
Total do Activo		722 683 577	728 737 013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos accionistas			
Capital Social		36 000 000	36 000 000
Acções próprias		-11 180 516	-11 180 516
Prémios de emissão		469 937	469 937
Reservas legais		1 751 081	1 629 598
Reservas de conversão cambial		-11 961 405	-12 821 109
Outras reservas e resultados transitados		142 053 271	197 372 003
Resultado líquido do exercício		-20 136 759	-55 197 249
Total do Capital Próprio atribuível aos accionistas		136 995 609	156 272 664
Interesses que não controlam		85 882	133 241
Total do Capital Próprio		137 081 491	156 405 905
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	14	152 127 468	145 494 956
Responsabilidade com locações	14	236 414 703	254 632 020
Impostos diferidos	6 e 17	3 488 293	3 896 164
Provisões	6	778 023	33 257
Instrumentos financeiros derivados	6	44 319	63 078
Outros passivos não correntes		4 176	6 026
Total de passivos não correntes		392 856 982	404 125 501
Corrente			
Empréstimos	14	22 874 410	19 573 625
Responsabilidade com locações	14	90 408 629	74 382 513
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	15	65 759 309	61 958 343
Imposto s/ rendimento a pagar	17	491 266	15 329
Outros passivos correntes	16	13 211 491	12 275 797
Total de passivos correntes		192 745 105	168 205 607
Total do Passivo		585 602 086	572 331 108
Total do Capital Próprio e Passivo		722 683 577	728 737 013

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
INTERCALAR
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>9 meses findos em 30/09/2021</u>	<u>9 meses findos em 30/09/2020</u>
Vendas	6	240 571 036	212 929 663
Prestações de serviços	6	1 120 522	960 355
Custo das vendas		-60 162 877	-53 968 928
Fornecimentos e serviços externos		-56 962 806	-49 829 086
Custos com o pessoal		-79 438 939	-78 554 674
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI	7, 8 e 9	-63 739 555	-67 433 414
Outros proveitos /(custos) operacionais	18	8 850 072	4 339 155
Resultados Operacionais		-9 762 547	-31 556 929
Gastos e perdas financeiras	19	-14 782 001	-16 298 609
Rendimentos e ganhos financeiros	19	441 442	935 099
Ganhos (perdas) em associadas e empreend.conjuntos		-38 249	-291 381
Resultados antes de impostos		-24 141 355	-47 211 820
Imposto sobre o rendimento	20	3 957 237	10 325 496
Resultado líquido consolidado		-20 184 118	-36 886 324
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		859 704	-1 928 394
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		-19 324 414	-38 814 718
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		-20 136 759	-36 840 904
Interesses que não controlam		-47 359	-45 420
		-20 184 118	-36 886 324
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		-19 277 055	-38 769 298
Interesses que não controlam		-47 359	-45 420
		-19 324 414	-38 814 718
Resultado por acção:	21		
Básico		-0,62	-1,14
Diluído		-0,62	-1,14

Porto, 18 de Novembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
CONSOLIDADO INTERCALAR
PARA O TERCEIRO TRIMESTRE DOS ANOS 2021 E 2020
(valores em euros)

	Notas	3º TRIMESTRE (não auditado)	
		3 meses findos em 30/09/2021	3 meses findos em 30/09/2020
Vendas		106 323 951	79 888 504
Prestações de serviços		508 442	359 740
Custo das vendas		-25 881 870	-20 261 523
Fornecimentos e serviços externos		-23 045 815	-13 102 484
Custos com o pessoal		-29 937 162	-25 798 007
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI		-21 097 679	-20 479 004
Outros proveitos /(custos) operacionais		1 072 184	-361 510
Resultados Operacionais		7 942 051	245 716
Gastos e perdas financeiras		-4 927 683	-5 330 205
Rendimentos e ganhos financeiros		132 122	225 410
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		67 470	-209 180
Resultados antes de impostos		3 213 960	-5 068 259
Imposto sobre o rendimento		-448 694	1 544 023
Resultado líquido consolidado		2 765 266	-3 524 236
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		693 648	-700 718
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		3 458 914	-4 224 954
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		2 765 559	-3 509 562
Interesses não controlados		-292	-14 674
		2 765 267	-3 524 236
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		3 459 207	-4 210 280
Interesses não controlados		-292	-14 674
		3 458 915	-4 224 954
Resultado por acção:			
Básico		0,09	-0,11
Diluído		0,09	-0,11

Porto, 18 de Novembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO INTERCALAR
para os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2021 e 2020
(valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital						Resultado Líquido	Total	Interesses que não Controlam	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Outras Reservas e Resultados Transitados				
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 075 511	-10 355 553	180 376 862	17 549 228	213 935 469	293 007	214 228 476
Alterações do período:										
Aplicação do resultado consolidado de 2019: Transferência para reservas e resultados transitados				554 087		16 995 141	-17 549 228	-		-
Reservas de conversão - Angola					-1 928 394			-1 928 394		-1 928 394
Resultado consolidado do período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2020							-36 840 904	-36 840 904	-45 420	-36 886 324
Total alterações do período	-	-	-	554 087	-1 928 394	16 995 141	-54 390 132	-38 769 298	-45 420	-38 814 718
Resultado líquido consolidado							-36 840 904	-36 840 904	-45 420	-36 886 324
Rendimento consolidado integral								-38 769 298	-45 420	-38 814 718
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação do resultado consolidado de 2019: Dividendos distribuídos								-	-49 806	-49 806
	-	-	-	-	-	-	-	-	-49 806	-49 806
Saldo em 30 de Setembro de 2020	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 629 598	-12 283 947	197 372 003	-36 840 904	175 166 171	197 781	175 363 952
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 629 598	-12 821 109	197 372 003	-55 197 249	156 272 664	133 241	156 405 905
Alterações do período:										
Aplicação do resultado consolidado de 2020: Transferência para reservas e resultados transitados				121 483		-55 318 732	55 197 249	-		-
Reservas de conversão - Angola					859 704			859 704		859 704
Resultado consolidado do período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2021							-20 136 759	-20 136 759	-47 359	-20 184 118
Total alterações do período	-	-	-	121 483	859 704	-55 318 732	35 060 490	-19 277 055	-47 359	-19 324 414
Resultado líquido consolidado							-20 136 759	-20 136 759	-47 359	-20 184 118
Rendimento consolidado integral								-19 277 055	-47 359	-19 324 414
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação do resultado consolidado de 2020: Dividendos distribuídos								-		-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2021	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 751 081	-11 961 405	142 053 271	-20 136 759	136 995 609	85 882	137 081 491

Porto, 18 de Novembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa Consolidados Intercalares
Para os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2021 e 2020

(valores em euros)

	Nota	9 meses findos em 30/09/2021	9 meses findos em 30/09/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		240 579 543	217 973 920
Pagamentos a fornecedores		-100 126 447	-107 147 660
Pagamentos ao pessoal		-60 764 516	-65 987 971
Fluxos gerados pelas operações		79 688 579	44 838 289
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		61 002	-739 871
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		-19 932 515	-21 378 227
Fluxos das atividades operacionais (1)		59 817 067	22 720 191
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		76 164	81 016
Activos fixos tangíveis		737	1 412
Activos intangíveis			
Juros recebidos		391 413	748 362
Outros activos financeiros		1 832 868	3 742 596
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		747 132	189 167
Outros activos financeiros		1 038 312	
Activos fixos tangíveis		17 330 873	23 404 873
Activos intangíveis		1 772 240	1 931 645
Fluxos das atividades de investimento (2)		-18 587 376	-20 952 299
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		24 135 784	61 175 156
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		13 930 341	3 248 231
Dívida de locação		21 766 776	21 069 957
Juros de empréstimos e custos similares		3 225 410	3 257 049
Juros de contratos de locação		5 040 566	12 571 109
Fluxos das atividades de financiamento (3)		-19 827 310	21 028 810
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		21 402 381	22 796 702
Varição perímetro			
Efeitos de diferenças cambiais		-85 589	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		50 549 377	34 684 804
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	71 866 169	57 481 506

Porto, 18 de Novembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS
INTERCALARES

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Grupo” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 610 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pans & Company, Ribs, FrescoCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Taco Bell, Sol, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 530 unidades de exploração própria e 80 em regime de franquia. Deste universo, 365 estão sediadas em Portugal, das quais 364 são próprias e 1 franquizada, e 232 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 156 estabelecimentos próprios e 76 franquizados, e 10 em Angola e 3 noutras localizações.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe e entidade controladora final da Ibersol SGPS é a sociedade ATPS – SGPS, S.A..

COVID 19

O primeiro semestre de 2021 – contrariamente ao que era expectável – foi o período em que os negócios de Restauração funcionaram com mais restrições desde o início da Pandemia. De facto, em 2020, o confinamento foi de 45 dias, tendo o negócio funcionado em regime de normalidade durante cerca de 75 dias.

Por seu turno em 2021, não só o período de confinamento foi de 94 dias (de 15 de Janeiro a 19 de Abril) como, logo após o seu termo, foram introduzidas em Junho novas restrições que se prolongaram para além do semestre.

A partir do dia 19 de Abril, a Ibersol começou a reabrir gradualmente os restaurantes, embora com limitações e restrições à operação dos mesmos.

O termo do primeiro semestre ficou marcado por um agravamento da situação pandémica em Portugal devido à circulação da variante Delta. Porém, no terceiro trimestre verificou-se uma melhoria substancial no controlo da pandemia, por efeito da aceleração do ritmo de vacinação na Península Ibérica.

Durante este período, assistimos a um abrandamento das restrições impostas à mobilidade das pessoas e das limitações de horários de funcionamento do retalho, o que permitiu que as férias de verão tivessem decorrido num ambiente de mais normalidade para os residentes - ainda que com uma perda substancial de turistas - e que se tivesse verificado um aumento dos níveis de confiança dos consumidores, que permitiu uma recuperação da atividade a um ritmo mais elevado.

A retoma verificada nos meses de Agosto e Setembro, que beneficiou do início da recuperação do turismo, evoluiu favoravelmente nos meses seguintes - tendência que se manterá se não ocorrerem novas restrições - com exceção para a recuperação nos aeroportos continuou a um ritmo mais lento.

No final do terceiro trimestre, o grupo permanecia em Espanha com cerca de 16% dos colaboradores em ERTE (equivalente ao lay off), por efeito sobretudo da reduzida atividade nos aeroportos, enquanto em Portugal todas as participadas saíram do regime de proteção de emprego.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1. Bases de apresentação, de consolidação e principais políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares foram preparadas em conformidade com a Norma Internacional n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que não incluem toda a informação exigida pelas demonstrações financeiras anuais, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da empresa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As políticas contabilísticas adotadas a 30 de Setembro de 2021 são idênticas às adotadas na preparação das demonstrações financeiras em 30 Setembro e 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de Novembro de 2021.

Alteração em linhas apresentadas na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Com referência a 30 de Setembro de 2021, o Grupo Ibersol individualizou o efeito do pagamento de juros e dívida financeira associada aos contratos de locação, tendo passado a apresentar a componente de juro na linha de “Juros de Locação”. Para efeitos de comparabilidade, estas alterações foram também efetuadas no período homólogo apresentado.

O Grupo Ibersol decidiu ainda autonomizar o efeito das diferenças de câmbio em 30 de Setembro de 2021.

2.2 . Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

2.2.1 As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2021:

a) Covid 19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, com um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de setembro de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

A alteração foi aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

b) Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma do Benchmark das Taxas de Juro – Fase 2 Estas alterações finalizam a resposta do Conselho à reforma em vigor das taxas interbancárias oferecidas (IBOR) e outras referências de taxas de juros. Estas alterações complementam as alterações emitidas em 2019 e dão ênfase aos efeitos nas demonstrações financeiras quando uma empresa substitui a antiga referência de taxa de juros por uma taxa de referência alternativa como resultado da reforma.

A adoção desta norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras do grupo.

2.2.2 O Grupo decidiu optar pela aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

a) Covid 19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16 – Em março de 2021, o IASB emitiu uma alteração à IFRS 16 Locações referente a concessões de rendas relacionadas com a Covid-19 após 30 de Junho de 2021.

Em 31 de março de 2021, o IASB publicou o documento «Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de setembro de 2021 (emenda à IFRS 16).

A emenda à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 16 Locações alarga o alívio operacional relacionado com a COVID-19 facultativo e temporário para os locatários, aplicável aos pagamentos originalmente devidos antes de ou em 30 de setembro de 2021 no quadro de contratos de locação com isenção de pagamento, aos pagamentos originalmente devidos antes de ou em 30 de junho de 2022 no quadro desses mesmos contratos de locação com isenção de pagamento.

As empresas aplicam as alterações a partir de 1 de abril de 2021 relativamente aos exercícios financeiros com início, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2021.

O Grupo optou pela aplicação antecipada, uma vez que na perspectiva da gestão a mesma resulta numa melhoria da leitura das demonstrações financeiras, sendo que a aplicação deste expediente prático teve impacto em resultados do Grupo.

2.2.3 As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (endorsed) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

a) Alterações à IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e às Melhorias das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclo 2018-2020) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações visam esclarecer ou corrigir pequenos conflitos entre os requisitos das Normas. As alterações à IFRS 3 atualizam uma referência à Estrutura Conceptual para Relatórios Financeiros, sem alterar os requisitos contabilísticos para combinações de negócio. As alterações à IAS 16 proíbem uma empresa de deduzir do custo de imobilizado valores recebidos com a venda de itens produzidos enquanto a empresa prepara o ativo para o uso pretendido. Em vez disso, uma empresa reconhecerá os resultados das vendas e custos relacionados nos resultados. As alterações à IAS 37 especificam quais os custos que uma empresa inclui ao avaliar se um contrato será prejudicial. As melhorias anuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro fazem pequenas alterações à IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IAS 41 - Agricultura e, ainda, apresenta exemplos ilustrativos sobre os arrendamentos da IFRS 16.

Da futura adoção destas alterações não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da Ibersol.

2.3 . Normas e interpretações, emendadas ou revistas, não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

a) IFRS 17 – Contratos de Seguros. A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de Seguros”, é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária, deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

b) Alteração à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação do passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração visa promover a consistência na aplicação de requisitos, ajudando as entidades a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívidas e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes ou não correntes. E, ainda, visa esclarecer os requisitos de classificação de dívida, em

que uma entidade pode liquidar a mesma convertendo-a em capital. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

c) Alterações à IAS1 e IFRS 2 – Divulgação de políticas contabilísticas. Estas alterações visam alterar os requisitos da IAS1 no que diz respeito à divulgação de políticas contabilísticas. Uma entidade deverá divulgar políticas contabilísticas materiais, em vez de políticas contabilísticas significativas, pelo que são identificados exemplos e explicações de como identificar uma política contabilística material. O conceito de materialidade é descrito na IFRS2 através do conceito de materialidade de 4 etapas. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

d) Alterações à IAS 8 – Políticas contabilísticas, alteração de estimativas e erros: Definição de estimativas contabilísticas. Estas alterações visam esclarecer a definição de estimativas contabilísticas. Segundo a nova definição, as estimativas contabilísticas são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. As entidades desenvolvem estimativas contabilísticas, no caso de as políticas contabilísticas exigirem que os itens nas demonstrações financeiras sejam mensurados de uma forma que envolva incerteza de mensuração. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

e) Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A principal mudança nestas alterações é a isenção de reconhecimento inicial. Assim sendo, não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no reconhecimento inicial. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023.

Estas normas, ainda não adotadas pela União Europeia, não foram aplicadas pelo Grupo no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) **Risco de mercado**

i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, de pequena dimensão e em fase de perda de peso na atividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. Os financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Para obviar a eventuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua

cobertura integral através da detenção de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

A taxa de câmbio utilizada nas demonstrações financeiras para conversão de transações e saldos expressos em Kwanzas, foi respetivamente de:

set/21

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 30 de Setembro de 2021	Taxa média do 3ºT 2021
 Kwanza de Angola (AOA)	694,927	750,188

dez/20

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2020	Taxa média do ano 2020
 Kwanza de Angola (AOA)	796,813	703,730

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com exceção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem ativos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, convertido em dólares, pelo que também não existe risco.

O risco principal resultante da evolução das taxas de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o atual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de cerca de 30% do montante em dívida.

Grande parte da dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objeto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. Os contratos swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro de uma parte dos empréstimos (papel comercial) de 9,6 milhões de euros têm subjacentes os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso idênticos às condições dos empréstimos. Um empréstimo de 20 milhões de euros está contratado a taxa fixa.

Baseado em simulações realizadas a 30 de Setembro de 2021, uma subida de mais 100 pontos base no indexante da taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 386 mil euros (610 mil euros, em Dezembro 2020).

b) Risco de crédito

A principal atividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro, cartão de débito ou crédito (cartões refeição, etc.) ou outro tipo de pagamento eletrónico, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Nas vendas ao domicílio através de agregadores, estes cobram dos clientes e transferem o dinheiro por resumo semanal num prazo de oito ou quinze dias. Em relação a clientes, o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias e serviços a franquizados que representam 3,5% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso, não existindo informação sobre o rating atribuído a essas entidades.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Pontualmente poderão existir fundos resultantes de empréstimos a aguardar aplicação. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 30 de Setembro de 2021, com exceção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 1,8 milhões de euros, sujeitas ao risco país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efetuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia, apesar de ser usual a sua renovação.

A 30 de Setembro de 2021, o passivo corrente ascende a 193 milhões de euros, face a 112 milhões de ativo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio e a que acresce uma grande componente de locações, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com cláusulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados e ainda circunstancialmente a opção pela emissão ao abrigo de contratos de menor maturidade em detrimento de outros programas de maior maturidade que ficam não utilizados e consequentemente com montantes disponíveis para cobertura. Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano. Considerando, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, o papel comercial e as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar a quase totalidade do passivo corrente se deduzido o passivo de locação referente às rendas passadas à AENA objeto de reclamação e com providência cautelar.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratado um montante significativo de linhas de curto prazo de apoio à tesouraria em regime de contas caucionadas. Em 30 de Setembro de 2021, estas linhas de curto prazo eram de 14 milhões de euros e não estavam utilizadas. O total de linhas de financiamento não utilizadas ascendiam a 35,6 milhões de euros. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 68 milhões de euros correspondem a 39% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais:

	<u>até Setembro 2022</u>	<u>de Setembro de 2022 a 2039</u>
Empréstimos	22 874 410	152 127 468
Responsabilidade com locações	90 408 629	236 414 703
Outros passivos não correntes	-	4 176
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos (*)	53 759 650	-
Outros passivos correntes (**)	5 549 930	-
Total	<u>172 592 619</u>	<u>388 546 347</u>

(*) montante líquido de remunerações a liquidar (nota 15).

(**) montante líquido de saldos com o estado e proveitos diferidos (nota 16).

3.2. Risco de capital

a) Rácio de alavancagem financeira

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)) com o objetivo de o situar no intervalo 50%-75%.

O rácio de alavancagem financeira, em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 foi de 76% e 74%, respetivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Responsabilidade com locações	326 823 332	329 014 533
Empréstimos	175 001 878	165 068 581
Outros activos financeiros	-1 805 502	-2 442 186
Caixa e depósitos bancários	-71 969 290	-50 550 293
Endividamento líquido	<u>428 050 418</u>	<u>441 090 634</u>
Capital próprio	<u>137 081 491</u>	<u>156 405 905</u>
Capital total	<u>565 131 909</u>	<u>597 496 539</u>
Rácio de alavancagem financeira	76%	74%

b) Risco de contratos de franquia

Nos restaurantes em que opera com marcas internacionais, o grupo celebra contratos de franquia de longo prazo: 20 anos no caso da Burger King e 10 anos no caso da Pizza Hut, Taco Bell e KFC, estes renováveis por outros 10 anos por opção do franquiado, desde que cumpridas algumas obrigações.

Tem vindo a ser prática que estes contratos no seu termo sejam renovados. Porém nada obriga os franquiadores a fazê-lo, pelo que poderá verificar-se o risco de não renovação.

Nestes contratos é normal contratar-se o pagamento de um "Initial Fee" no início de cada contrato e de um "Renewall Fee" no termo do período inicial, para além de um royalty de operações e de marketing sobre as vendas efetuadas.

Periodicamente são negociados contratos de desenvolvimento que garantem o direito de abertura de novos restaurantes.

Em circunstâncias anormais, como a atual crise pandémica, são acordados reajustamentos aos programas de desenvolvimento.

3.3. Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os ativos financeiros do Grupo é o preço recebido no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

As estimativas, as premissas e as circunstâncias raramente irão, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são:

a) Análise de imparidade do Goodwill, a investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas, a direitos de uso, a ativos tangíveis e a ativos intangíveis

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas UGC). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas UGC e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

b) Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando é provável a existência de lucros fiscais tributáveis suficientes ou diferenças temporárias tributáveis relacionadas com a mesma autoridade tributária fiscal para utilizar esses mesmos impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

c) Prazo da locação e taxa de financiamento incremental

Para o apuramento dos impactos estimados da aplicação da IFRS 16, o Grupo realiza estimativas sobre os prazos de locação e as suas taxas de financiamento incremental, quando não existe informação sobre a taxa de juro implícita, as quais incorporam riscos específicos de mercado e da própria entidade e que requerem que o Grupo realize julgamentos e estimativas relevantes.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		set/21	dez/20
<u>Empresa mãe</u>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	100%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares (ex-Gravos 2012, S.A.)	Porto	100%	100%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	100%
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	100%
Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Cortsfood, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	50%
Volrest Aldaia, S.L	Vigo - Espanha	100%	100%
Volrest Alcalá, S.L	Vigo - Espanha	100%	100%
Volrest Alfafar, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Volrest Rivas, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Voesmu Restauracion, SL	Vigo - Espanha	100%	100%
<u>Empresas associadas</u>			
Ziaicos - Serviços e gestão, Lda	Porto	40%	40%
<u>Empresas controladas conjuntamente</u>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que atua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respetivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respetivos restaurantes.

A sede é o local de desenvolvimento do negócio de cada entidade listada.

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada, UQ Consult e à associada Ziaicos, foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021 não houve lugar à aquisição de novas sociedades.

5.2.2. Alienações

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021 não houve lugar à alienação de sociedades.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação:

SEGMENTO	MARCAS						
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil	FresCo	Ribs	StaMaria	
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burger King	Pans &C. ^a	Quiosques	Taco Bell
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		Travel	

INFORMAÇÃO DETALHADA REFERENTE AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

	Restaurantes		Counters		Concessões e Catering		Outros, eliminações e ajustamentos		Total Grupo	
	set/21	set/20	set/21	set/20	set/21	set/20	set/21	set/20	set/21	set/20
Volume de Negócios	52 490 473	52 256 980	154 611 950	129 311 563	34 417 287	32 206 438	171 848	115 037	241 691 558	213 890 018
Resultado operacional deduzido de amort, deprec. e perdas por imparidade	10 633 011	4 875 734	33 381 216	25 966 794	9 748 705	4 657 162	214 077	376 795	53 977 008	35 876 485
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	-8 927 388	-13 113 942	-24 250 337	-23 690 150	-29 638 627	-29 781 441	-923 202	-847 881	-63 739 555	-67 433 414
Resultado operacional	1 705 622	-8 238 208	9 130 879	2 276 643	-19 889 923	-25 124 279	-709 126	-471 086	-9 762 547	-31 556 929
Ganhos (perdas) financeiros									-14 340 559	-15 363 510
Outras ganhos (perdas) não operacionais									-38 249	-291 381
Imposto sobre o rendimento									3 957 237	10 325 496
Resultado líquido consolidado									-20 184 118	-36 886 324

O total de ativos alocado, por segmento, apresenta-se como segue:

30 DE SETEMBRO 2021	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
Activos	113 511 875	299 977 273	273 831 392	10 525 646	697 846 186
Passivos	35 635 592	134 328 830	236 214 828	397 079	406 576 331
Investimento líquido em Ativos intangíveis e Ativos fixos tangíveis (Notas 8 e 9)	2 134 509	11 387 603	-85 551	275 273	13 711 834

31 DE DEZEMBRO 2020				Outros,	Total Grupo
	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	eliminações e ajustamentos	
Activos	115 153 151	304 314 664	277 790 739	10 677 837	707 936 391
Passivos	35 347 373	133 242 383	234 304 331	393 868	403 287 955
Investimento líquido em Ativos intangíveis e Ativos fixos tangíveis (Notas 8 e 9)	1 491 820	22 062 749	2 935 422	862 086	27 352 077

Os ativos e passivos não alocados decorrentes das atividades de investimento, financiamento e impostos, apresentam-se conforme segue:

	set/21		dez/20	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos diferidos	18 814 473	3 488 293	14 914 797	3 896 164
Imposto s/ rendimento	300 301	491 266	169 241	15 329
Empréstimos corrente	-	22 874 410	-	18 780 133
Empréstimos não corrente	-	152 127 468	-	146 288 448
Instrumentos financeiros derivados	-	44 319	-	63 078
Activos financeiros não correntes	555 705	-	574 737	-
Investimentos financeiros em emp. conj. e assoc.	3 361 411	-	2 699 661	-
Outros activos financeiros	1 805 502	-	2 442 186	-
Total	24 837 392	179 025 756	20 800 622	169 043 152

	set/21		dez/20	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Alocados por segmento	697 846 186	406 576 331	707 936 391	403 287 955
Não alocados	24 837 392	179 025 756	20 800 622	169 043 152
Total Balanço	722 683 577	585 602 086	728 737 013	572 331 108

INFORMAÇÃO POR GEOGRAFIA

O detalhe de réditos e ativos não correntes por geografia a 30 de Setembro de 2021 e de 2020 apresenta-se como segue:

30 DE SETEMBRO DE 2021	Portugal	Angola	Espanha	Grupo
Volume de Negócio	157 461 543	5 961 879	78 268 136	241 691 558
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	171 881 598	17 230 087	53 781 086	242 892 771
Direitos de uso	67 497 996	527 241	187 354 350	255 379 587
Goodwill	7 474 768	130 714	72 904 160	80 509 642
Impostos diferidos activos	134 327	-	18 680 146	18 814 473
Investimentos financeiros em emp. conjuntos e associadas	2 961 411	-	400 000	3 361 411
Activos financeiros não correntes	555 705	-	-	555 705
Outros activos financeiros	-	744 100	-	744 100
Outros activos não correntes	-	-	8 342 632	8 342 632
Total de activos não correntes	250 505 805	18 632 142	341 462 374	610 600 321

30 DE SETEMBRO DE 2020	Portugal	Angola	Espanha	Grupo
Volume de Negócio	138 908 464	5 654 886	69 326 668	213 890 018
31 DE DEZEMBRO DE 2020	Portugal	Angola	Espanha	Grupo
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	173 275 139	18 646 847	58 231 635	250 153 621
Direitos de uso	72 429 261	608 036	208 595 291	281 632 588
Goodwill	7 474 768	130 714	72 904 160	80 509 642
Impostos diferidos ativos	1 379 018	-	13 535 779	14 914 797
Investimentos financeiros em emp. conjuntos e associadas	2 699 661	-	-	2 699 661
Activos financeiros não correntes	424 737	-	150 000	574 737
Outros activos financeiros	-	823 927	-	823 927
Outros activos não correntes	-	-	7 743 025	7 743 025
Total de activos não correntes	257 682 584	20 209 524	361 159 890	639 051 998

7. DIREITOS DE USO

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos direitos de uso, bem como nas respetivas amortizações, apresenta-se conforme segue:

Direitos de uso

01 de Janeiro de 2020

Valor líquido inicial	321 812 178
Conversão cambial	-396 773
Aumentos	21 848 928
Diminuições	-3 620 317
Transferências	-750 910
Amortização do exercício	-57 260 518
Valor líquido final	281 632 588

Direitos de uso

01 de Janeiro de 2021

Valor líquido inicial	281 632 588
Conversão cambial	89 146
Aumentos	16 399 567
Diminuições	-158 169
Transferências	-89 996
Amortização do exercício	-42 493 549
Valor líquido final	255 379 587

O valor dos aumentos corresponde essencialmente à abertura de 6 novos restaurantes, a 22 renovações de contratos de restaurantes e de instalações de apoio, e ainda, a atualizações de renda pelo Índice de Preços no Consumidor.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2020						
Custo	14 163 037	267 021 639	138 067 977	30 839 024	3 574 147	453 665 824
Depreciação acumulada	-243 567	-105 564 602	-100 649 863	-19 662 947	-	-226 120 979
Imparidade Acumulada	-	-10 207 629	-730 304	-43 212	-	-10 981 144
Valor líquido	13 919 470	151 249 408	36 687 810	11 132 865	3 574 147	216 563 700
01 de Janeiro de 2020						
Valor líquido inicial	13 919 470	151 249 408	36 687 810	11 132 865	3 574 147	216 563 700
Conversão cambial	-332 567	-564 470	-202 939	-37 783	-81 974	-1 219 733
Adições	1 196 215	15 147 596	6 335 317	1 475 756	750 260	24 905 144
Diminuições	-	-633 235	-201 798	-31 548	-20 440	-887 021
Transferências	-	1 621 180	1 170 107	110 079	-2 799 112	102 254
Depreciação exercício	-45 594	-14 422 726	-8 569 615	-2 290 821	-	-25 328 756
Imparidade exercício	-	-831 559	-	-	-	-831 559
Valor líquido final	14 737 524	151 566 194	35 218 881	10 358 548	1 422 880	213 304 027
31 de Dezembro de 2020						
Custo	15 001 280	276 253 056	141 016 913	31 686 781	1 422 880	465 380 910
Depreciação acumulada	-263 756	-116 144 593	-105 430 174	-21 309 796	-	-243 148 319
Imparidade Acumulada	-	-8 542 269	-367 858	-18 437	-	-8 928 564
Valor líquido	14 737 524	151 566 194	35 218 881	10 358 548	1 422 880	213 304 027
01 de Janeiro de 2021						
Valor líquido inicial	14 737 524	151 566 194	35 218 881	10 358 548	1 422 880	213 304 027
Conversão cambial	97 479	102 989	15 903	-10	27 296	243 657
Adições	3 626 167	3 368 620	1 668 738	414 516	3 892 241	12 970 282
Diminuições	-	-126 649	-18 497	-33 275	-	-178 421
Transferências	-	375 703	488 037	58 055	-821 103	100 692
Depreciação exercício	-35 055	-10 467 643	-6 443 849	-1 762 773	-	-18 709 320
Valor líquido final	18 426 114	144 819 214	30 929 215	9 035 060	4 521 315	207 730 920
30 de Setembro de 2021						
Custo	18 735 425	275 795 289	141 959 297	31 952 822	4 521 315	472 964 148
Depreciação acumulada	-309 311	-123 566 190	-110 864 729	-22 904 871	-	-257 645 101
Imparidade Acumulada	-	-7 409 885	-165 353	-12 891	-	-7 588 129
Valor líquido	18 426 114	144 819 214	30 929 215	9 035 060	4 521 315	207 730 920

Em 2021 o investimento refere-se, fundamentalmente à abertura de dois Taco Bell, três Pizza Hut, um Burger King e à aquisição de terrenos para instalação de 5 restaurantes. O investimento de cerca de 25 milhões de euros em 2020 refere-se, essencialmente, à abertura de seis KFC, seis Burger King, dois Taco Bell e um restaurante Ribs.

Testes de imparidade às Unidades Geradora de Caixa (UCG's)

A aferição da existência de indícios de imparidade da UCG e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados a cada data de relato. Cada loja/restaurante é considerada uma UCG, sendo que no caso dos aeroportos cada aeroporto é uma UCG.

Os pressupostos de análise de imparidade de Ativos Fixos Tangíveis utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 30 de Dezembro de 2020 mantêm-se válidos não tendo ocorrido alterações aos factos e circunstâncias que lhes estiveram subjacentes. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de imparidade adicional nos nove primeiros meses de 2021 relativos a ativos fixos tangíveis.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os ativos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Goodwill	80 509 642	80 509 642
Activos intangíveis	35 161 851	36 849 594
	<u>115 671 493</u>	<u>117 359 236</u>

O Goodwill é alocado a cada segmento como segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Restaurantes	8 624 542	8 624 542
Counters	37 199 991	37 199 991
Concessões e Catering	34 505 388	34 505 388
Outros	179 721	179 721
	<u>80 509 642</u>	<u>80 509 642</u>

O Goodwill é alocado a cada grupo de unidades geradoras de caixa homogéneas como se segue:

	UGC	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
<u>Restaurantes</u>			
Ribs		5 175 479	5 175 479
Frescco		1 476 821	1 476 821
Pizza Hut		1 972 242	1 972 242
Sub-total		<u>8 624 542</u>	<u>8 624 542</u>
<u>Counters</u>			
Pans & C. ^o		11 850 160	11 850 160
Burger King		24 641 046	24 641 046
KFC		708 785	708 785
Sub-total		<u>37 199 991</u>	<u>37 199 991</u>
<u>Concessões e Catering</u>			
Concessões e travel		31 481 023	31 481 023
Catering		3 024 365	3 024 365
Sub-total		<u>34 505 388</u>	<u>34 505 388</u>
Outros		179 721	179 721
TOTAL		<u>80 509 642</u>	<u>80 509 642</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis e goodwill, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2020						
Custo	87 968 225	22 000 000	45 735 432	13 793 294	1 415 225	170 912 176
Amortização acumulada	-	-3 483 333	-27 637 453	-11 659 270	-	-42 780 055
Imparidade acumulada	-	-	-3 681 055	-41 875	-	-3 722 930
Valor líquido	87 968 225	18 516 667	14 416 924	2 092 155	1 415 225	124 409 189
01 de Janeiro de 2020						
Valor líquido inicial	87 968 225	18 516 667	14 416 923	2 092 155	1 415 225	124 409 189
Conversão cambial	-	-	-33 119	-	-50 589	-83 708
Adições	-	-	2 454 032	106 500	823 252	3 383 784
Diminuições	-	-	-27 023	-	-22 807	-49 830
Transferências	-	-	1 129 291	22 500	-509 569	642 222
Amortização do exercício	-	-1 100 000	-1 914 481	-469 356	-	-3 483 837
Imparidade exercício	-7 458 583	-	-	-	-	-7 458 583
Valor líquido final	80 509 642	17 416 667	16 025 623	1 751 799	1 655 511	117 359 236
31 de Dezembro de 2020						
Custo	80 509 642	22 000 000	49 137 541	12 867 206	1 655 511	166 169 900
Amortização acumulada	-	-4 583 333	-29 430 863	-11 075 698	-	-45 089 894
Imparidade acumulada	-	-	-3 681 055	-39 711	-	-3 720 766
Valor líquido	80 509 642	17 416 667	16 025 623	1 751 799	1 655 511	117 359 236
01 de Janeiro de 2021						
Valor líquido inicial	80 509 642	17 416 667	16 025 623	1 751 799	1 655 511	117 359 236
Conversão cambial	-	-	5 845	-	15 260	21 105
Adições	-	-	826 183	-	370 015	1 196 198
Diminuições	-	-	-23 754	-	-252 471	-276 225
Transferências	-	-	113 146	-	-137 800	-24 654
Amortização do exercício	-	-825 000	-1 518 032	-261 134	-	-2 604 166
Valor líquido final	80 509 642	16 591 667	15 429 011	1 490 665	1 650 515	115 671 493
30 de Setembro de 2021						
Custo	80 509 642	22 000 000	50 009 304	12 242 223	1 650 515	166 411 684
Amortização acumulada	-	-5 408 333	-30 903 467	-10 714 306	-	-47 026 106
Imparidade acumulada	-	-	-3 676 826	-37 254	-	-3 714 080
Valor líquido	80 509 642	16 591 667	15 429 011	1 490 665	1 650 515	115 671 493

Goodwill – Testes de imparidade

O Grupo realiza testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, a quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, custos operacionais, investimentos previstos nomeadamente aberturas, remodelações e encerramentos de unidades, impacto de outros players do mercado, projeções internas da Gestão e performance histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos planos de médio longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Tendo em conta o contexto actual de incerteza provocado pela pandemia da Covid-19, o grupo havia reflectido nos planos de negócio, expectativas de crescimento mais defensivas nos testes realizados a Dezembro de 2020, incorporando os impactos de uma nova vaga da pandemia no primeiro semestre de 2021.

Os pressupostos de análise de imparidade de Ativos Intangíveis e Goodwill utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 mantêm-se válidos, não tendo ocorrido alterações aos factos e circunstâncias que lhes estiveram subjacentes.

Em 31 de Dezembro de 2020, dos testes efetuados resultou a necessidade de registar uma imparidade no montante de 7.458.583 euros em Goodwill. Conforme referido anteriormente, a gestão considera que os pressupostos se mantêm válidos à data atual, pelo que não considera a necessidade de reconhecimento de imparidades adicionais nos primeiros nove meses de 2021.

Conforme referido no relato a 30 de Junho de 2021, dadas as expectativas de recuperação dos tráfegos aéreos na Europa, que se têm vindo a agravar com o atraso nos processos de vacinação contra a Covid-19, o grupo ajustou as projeções do Travel às novas previsões das entidades reguladoras do espaço aéreo, considerando um cenário mais demorado da recuperação dos tráfegos nos aeroportos, acompanhando as sucessivas projecções que têm vindo a ser publicadas pelas entidades especialistas do sector da aviação. Adicionalmente, dada a incerteza quanto ao desfecho final das negociações com a concessionária dos aeroportos em Espanha, o grupo considerou igualmente um risco adicional para este negócio, com o conseqüente agravamento da taxa de desconto, o que conduziu ao reconhecimento da imparidade acima indicada, no montante de 4.342.296€ ao goodwill do Travel.

Com referência a 30 de Setembro de 2021, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de imparidades adicionais.

Com a publicação já em 2 de Outubro da Ley13/2021 que estabelece as novas regras a aplicar pela AENA às locações nos Aeroportos em Espanha o Grupo vai rever as suas estimativas e o impacto dessas novas regras no valor de recuperação do goodwill do negócio Travel em Espanha.

Restantes Ativos – Marcas, Propriedade Industrial e Outros Ativos Intangíveis – Testes de imparidade

Nos restantes ativos intangíveis, de vida útil definida, os testes de imparidade realizados revelaram que o valor recuperável é superior.

Foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado com base no método de Discounted Cash Flow (DCF) e de acordo com a metodologia dos Royalty Relief, consoante o tipo de activo sustentam a recuperabilidade dos seus valores.

Os valores a que se chegou são sustentados pelo desempenho histórico, pelas expectativas de desenvolvimento dos mercados e pelos planos estratégicos de desenvolvimento de cada negócio

A 30 de Setembro de 2021, as concessões, incluídas na rubrica propriedade industrial, e a respetiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Área Serviço 2ª Circular (KFC)	10	2027
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Cais Gaia	20	2024
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares (Vilar do Paraíso)	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Matosinhos	24	2030
Áreas Serviço Maia	26	2032

10. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O montante de ativos financeiros, refere-se às aplicações em Obrigações de Tesouro do Estado Angolano. A separação por maturidade é conforme segue:

	set/21			dez/20		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Obrigações do Tesouro Angolano	1 062 316	976 491	2 038 807	1 655 983	949 956	2 605 939
Sub-total	1 062 316	976 491	2 038 807	1 655 983	949 956	2 605 939
Perdas de imparidade acumuladas	914	232 391	233 305	37 724	126 029	163 753
TOTAL	1 061 402	744 100	1 805 502	1 618 259	823 927	2 442 186

Os índices utilizados de Probabilidade de incumprimento (Probability of Default) e Perda dado o incumprimento (Loss Given Default) das Obrigações do Tesouro Angolano estão de acordo com a publicação da Moodys e da S&P, varia entre 7,9% e 27,4%, considerando o rating da república de Angola e a maturidade das obrigações, e 59%, respectivamente.

10.1. Não Corrente

	set/21	dez/20
Obrigações do Tesouro Angolano	976 491	949 956
	976 491	949 956
Perdas de imparidade acumuladas	232 391	126 029
	744 100	823 927

Não corrente

Emissão	26/10/2017	28/02/2019
Data aquisição	07/04/2021	05/05/2021
Vencimento	26/10/2022	28/02/2023
Câmbio BNA	n/a	n/a
Quantidade	600	1 000
Valor a 30/09/2021	76 376	133 093
Rentabilidade anual bruta	12%	16,5%

Não corrente

Emissão	31/08/2017	16/04/2021	08/07/2020
Data aquisição	06/05/2021	25/05/2021	25/05/2021
Vencimento	31/08/2024	16/10/2022	08/07/2023
Câmbio BNA	645	n/a	n/a
Quantidade	250	2 000	1 350
Valor a 30/09/2021	313 952	276 288	176 781
Rentabilidade anual bruta	7%	15,75%	16,25%

10.2. Corrente

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Obrigações do Tesouro Angolano	1 062 316	1 655 983
	<u>1 062 316</u>	<u>1 655 983</u>
Perdas de imparidade acumuladas	914	37 724
	<u>1 061 402</u>	<u>1 618 259</u>

Corrente

Emissão	04/10/2019
Data aquisição	16/03/2021
Vencimento	04/10/2021
Câmbio BNA	n/a
Quantidade	210
Valor a 30/09/2021	29 829
Rentabilidade anual bruta	16%

Corrente

Emissão	16/09/2015	29/09/2017
Data aquisição	22/01/2016	16/03/2021
Vencimento	16/09/2022	29/09/2022
Câmbio BNA	154,84	n/a
Quantidade	975	250
Valor a 30/09/2021	1 000 494	31 993
Rentabilidade anual bruta	5%	12%

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros ativos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Outros Devedores não correntes	8 342 632	7 743 025
	<u>8 342 632</u>	<u>7 743 025</u>

O saldo da rubrica outros devedores não correntes é maioritariamente constituído por depósitos e cauções em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento. As contas a receber de outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido de perdas de imparidade.

Na impossibilidade de se chegar a um acordo com a AENA, vimo-nos forçados a intentar providências cautelares para impedi-la de executar as garantias bancárias que foram prestadas para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento celebrados. O valor das cauções e depósitos relativos aos contratos com a AENA, sob providência cautelar totalizam 4.902.831 euros. Adicionalmente foi efetuado um depósito de 847.735 euros no Juzgado em Barcelona referente ao processo que está a decorrer.

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Numerário	996 722	903 884
Depósitos bancários	70 972 068	49 645 909
Aplicações de tesouraria	<u>500</u>	<u>500</u>
Caixa e depósitos bancários no balanço	71 969 290	50 550 293
Descobertos bancários	-103 121	-916
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>71 866 169</u>	<u>50 549 377</u>

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros ativos correntes em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é o seguinte:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Clientes	5 682 306	4 896 323
Estado e outros entes públicos	3 661 190	5 660 701
Outros devedores (1)	13 529 769	11 239 465
Adiantamentos a fornecedores c/c	330 075	124 317
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	403 969	408 264
Acréscimos de proveitos	2 767 040	4 243 357
Custos diferidos	<u>1 673 200</u>	<u>1 757 482</u>
Outros activos correntes	28 047 550	28 329 909
Perdas de imparidade acumuladas	<u>2 838 427</u>	<u>2 584 702</u>
	25 209 123	25 745 207

(1) a 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o saldo em Outros devedores inclui os saldos a receber dos agregadores e outros saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores pela recuperação de encargos pelas participações de marketing e rappel, vales de refeição (entregues pelos clientes) e adiantamentos diversos.

No decurso de um processo intentado por colaboradores de um prestador de serviços subcontratado da subsidiária Pansfood, foi proferido um despacho desfavorável condenando a Pansfood ao pagamento de uma indemnização de 744.766 Euros.

O Grupo recorreu da decisão tendo sido constituída uma caução no montante de 744.766 euros, a qual se encontra reconhecida em Outros devedores. Do mesmo modo, o Grupo Ibersol constituiu uma provisão no montante de 744.766 euros com referência a 30 de Setembro de 2021, tendo reconhecido o correspondente gasto no exercício.

14. EMPRÉSTIMOS E RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

14.1 Empréstimos

Em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	set/21	dez/20
Empréstimos bancários	82 347 779	65 496 857
Papel Comercial	69 779 689	79 998 099
	152 127 468	145 494 956
Corrente	set/21	dez/20
Descobertos bancários	103 121	916
Empréstimos bancários	8 771 289	17 972 709
Papel Comercial	14 000 000	1 600 000
	22 874 410	19 573 625
Total empréstimos	175 001 878	165 068 581

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

Os movimentos no exercício 2021 na rubrica de empréstimos correntes e não correntes apresentam-se conforme segue:

1 de Janeiro de 2021	165 068 581
Recebimentos de empréstimos obtidos	24 135 784
Pagamentos de dívida financeira	-13 930 341
Efeito variação dos descobertos bancários (nota12)	102 205
Gastos de montagem de financiamento	-374 352
30 de Setembro de 2021	175 001 878

Os financiamentos com maturidades superiores a 1 ano no montante de 49 milhões de euros incluem cláusulas com os seguintes covenants financeiros:

Covenants Financeiros	ESPANHA (consolidado EOG)	PORTUGAL (Consolidado)
Divida/EBITDA sem IFRS16 a)	2,5x até 1,5x <i>de 2017 a 2021</i> <i>c/reduções de 0,25/ano</i>	3,25x
Divida/EBITDAR *		4,25 x
EBITDA/Gastos Financ.	5x	-
Capital Próprio/Activo	-	30%

* EBITDA sem rendas.

a) Divida/EBITDA sem efeitos da aplicação da IFRS 16 (frozen gaap).

Para os rácios de 2020 o Grupo Ibersol obteve o waiver do seu cumprimento e encontra-se a monitorizar em conjunto com as instituições financeiras a evolução do cumprimento dos covenants dos financiamentos tendo em conta a avaliação a efetuar no final do exercício de 2021. Considerando a perspectiva de um eventual não cumprimento com alguns dos referidos covenants, o Grupo Ibersol encontra-se a diligenciar junto das respectivas instituições financeiras

a dispensa do cumprimento desses covenants, à semelhança do que aconteceu com referência a 31 de Dezembro de 2020.

14.2. Responsabilidades com locações

A 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a empresa tem compromissos assumidos perante terceiros, decorrentes de contratos de locação, nomeadamente de contratos de imóveis, conforme segue:

	set/21			dez/20		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações	90 408 629	236 414 703	326 823 332	74 382 513	254 632 020	329 014 533
TOTAL	90 408 629	236 414 703	326 823 332	74 382 513	254 632 020	329 014 533

Durante o mês de março de 2021, e conforme descrito na nota 1, o Grupo intentou um processo contra a AENA relativo aos valores das rendas mínimas garantidas dos contratos de locação de espaços em aeroportos em Espanha. Como resultado, o Grupo pretende que o contrato seja modificado o que, a verificar-se, irá resultar na diminuição dos pagamentos mínimos da locação que estão, a 30 de Setembro de 2021, incluídos no balanço consolidado do Grupo como passivo de locação corrente no montante aproximado de 61 milhões de euros (24 milhões de euros em cada um dos anos de 2020 e 2021 e 13 milhões em 2022) e não corrente de 34 milhões de euros.

Com base na interpretação da Ibersol dos termos da Ley 13/2021 publicada em 2 de Outubro de 2021 e nas estimativas de tráfego revistas de acordo com as últimas publicações da Eurocontrol a Ibersol estima um valor de rendas mínimas garantidas a pagar inferior em cerca de 80 milhões de euros face ao inicialmente estipulado nos contratos (dos quais 41 milhões são referentes ao período até setembro de 2021 e os restantes 39 milhões referentes ao período após 1 de setembro de 2021 e até final dos contratos), caso as referidas estimativas de tráfego se venham efetivamente a concretizar. Os efeitos contabilísticos da aplicação da referida lei apenas serão refletidos nas demonstrações financeiras anuais referentes ao ano de 2021, conforme enunciado na nota 25.

Os movimentos do ano em responsabilidades com locações, apresentam-se conforme segue:

1 de janeiro de 2021	329 014 533
Pagamentos de locação (1)	-26 807 342
Juros do período pela atualização das responsabilidades com locações	11 593 952
Aumentos de contratos de locação	16 399 554
Rescisões de contratos / encerramentos de lojas	32 312
Concessões de renda decorrentes da pandemia COVID-19	-3 622 496
Outros	212 819
30 de Setembro de 2021	326 823 332

(1) os pagamentos de locação incluem 21.766.776 euros de capital e 5.040.566 euros de juros.

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021 e o exercício de 2020 o Grupo obteve descontos nos pagamentos de renda no montante de 3.622.496 euros que originaram a respetiva diminuição do passivo sem exfluxo de fundos.

15. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, apresenta-se como segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Fornecedores c/c	33 427 835	26 475 002
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2 076 870	2 760 018
Fornecedores de imobilizado c/c	9 944 663	15 406 934
Total contas a pagar a fornecedores	45 449 368	44 641 954

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	188 229	124 828
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	11 999 659	9 242 973
Acréscimos de custos - Rendas e alugueres (1)	1 827 010	480 010
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	4 587 684	5 591 633
Acréscimos de custos - Outros	1 707 358	1 876 945
Total acréscimos de custos	20 309 941	17 316 389

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	65 759 309	61 958 343

(1) os acréscimos de custos – rendas e alugueres incluem apenas o montante relativo a rendas variáveis e acréscimos relativos a contratos que não relevam para a IFRS16.

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Outros credores	5 549 930	5 632 840
Estado e outros entes públicos	6 631 667	4 857 655
Proveitos diferidos	1 029 894	1 785 302
Outros passivos correntes	13 211 491	12 275 797

17. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

17.1. Imposto corrente

17.1.1 Imposto s/ o rendimento a recuperar

Em 30 de Setembro de 2021 o montante de imposto s/ o rendimento a recuperar ascende a 300.301 eur (169.241 eur em 2020), apresenta-se conforme segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Grupo Inverpeninsular (1)	33 984	20 403
RETGS (2)	157 766	121 615
Ibersol Angola	84 810	-
Cortsfood	15 483	15 483
Outras	8 258	11 740
	300 301	169 241

(1) montante de imposto que resulta do grupo fiscal de subsidiárias em Espanha.

(2) montante de imposto que resulta do apuramento do ano 2020 do grupo fiscal de subsidiárias em Portugal (RETGS).

17.1.2 Imposto s/ o rendimento a pagar

Em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o montante de imposto a pagar decompõem-se como segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Ibersol Angola	-	5 473
RETGS (1)	469 223	-
Outras	22 043	9 856
	<u>491 266</u>	<u>15 329</u>

(1) montante de imposto que resulta da estimativa a 30 Setembro de 2021 do grupo fiscal de subsidiárias em Portugal (RETGS).

17.2. Imposto diferido

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

Impostos diferidos	30.09.2021	31.12.2020	Movimento período (1)
Ativos	18 814 473	14 914 797	3 899 676
Passivos	<u>-3 488 293</u>	<u>-3 896 164</u>	407 871
Total	<u>15 326 180</u>	<u>11 018 633</u>	<u>4 307 547</u>

(1) imposto do exercício no montante de 4.259.005 euros (nota 20) e 48.542 euros de conversão cambial reconhecida em reservas.

As taxas de imposto das jurisdições em que o Grupo se encontra presente são:

Portugal	21%
Espanha	25%
Angola	25%

17.2.1 Impostos diferidos ativos

O detalhe dos impostos diferidos ativos em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, de acordo com a jurisdição e as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos	<u>set/21</u>			<u>dez/20</u>		
	<u>Portugal</u>	<u>Espanha</u>	<u>Total</u>	<u>Portugal</u>	<u>Espanha</u>	<u>Total</u>
Prejuízos fiscais reportáveis (1)	-	4 168 792	4 168 792	1 378 625	4 153 688	5 532 313
Dif. temp. dedutíveis (IFRS16)	-	16 361 688	16 361 688	-	11 158 906	11 158 906
Diferenças temporárias tributáveis	-33 859	-1 220 171	-1 254 029	-33 859	-1 220 171	-1 254 030
Homogeneização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (2)	-5 468 081	-1 234 501	-6 702 582	-5 606 236	-1 161 182	-6 767 418
Outras diferenças temporárias (3)	5 636 267	604 338	6 240 605	5 640 488	604 538	6 245 026
	<u>134 327</u>	<u>18 680 146</u>	<u>18 814 473</u>	<u>1 379 018</u>	<u>13 535 779</u>	<u>14 914 797</u>

(1) Em Portugal o resultado do RETGS dos primeiros nove meses de 2021 é positivo sendo espectável que com referência a 31 de Dezembro de 2021, seja consumido a totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis registados no ano anterior e créditos fiscais, reconhecidos em períodos anteriores como imposto diferido ativo.

(2) impostos diferidos que correspondem ao diferencial do valor líquido considerado nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias e o valor líquido com que estas contribuem no consolidado.

(3) montante referente, essencialmente, a benefícios fiscais por utilizar. A 31 de Dezembro de 2020 existem 5.626.294,99 euros de benefícios fiscais não deduzidos, a utilizar em exercícios seguintes, 1.942.829,89 euros de RFAI do exercício de 2019, 2.528.198,58 euros de RFAI do exercício de 2020 e 1.156.266,52 euros de CFEI II do exercício de 2020 (dedutível até 2025, inclusive). De referir que estes créditos têm um prazo de reporte de 10 períodos de tributação, prazo este cuja contagem foi suspensa durante o período de tributação de 2020 e durante o período de tributação seguinte, ao abrigo da Lei n.º 21/2021, de 21 de Abril.

Na análise à recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo tomou em consideração as melhores estimativas das projecções de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis contra os quais os prejuízos fiscais, créditos de imposto e diferenças temporárias

dedutíveis possam ser utilizados. Sendo de referir que as projeções utilizadas na análise realizada na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 se mantém válidas a esta data, considerando que não ocorreram alterações relevantes aos factos e circunstâncias que existiam a essa data.

Relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis de Espanha, o Grupo não se encontra a reconhecer activos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportáveis gerados em Espanha no montante de 30.167.504 euros (correspondente a um valor de 7.541.876 de impostos diferidos).

17.2.2 Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de, de acordo com a jurisdição e as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<u>set/21</u> <u>Angola</u>	<u>dez/20</u> <u>Angola</u>
Homogeneização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	-244 341	-131 783
Economia Hiperinflacionária (IAS 29)	3 975 163	4 210 251
Dif. temp. dedutíveis (IFRS16)	-42 023	-34 217
Outras diferenças temporárias	-200 505	-148 087
	<u>3 488 293</u>	<u>3 896 164</u>

18. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

A decomposição de Outros custos e outros proveitos operacionais em 30 de Setembro de 2021 e 2020 apresenta-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros custos operacionais		
Impostos directos/indirectos não afectos à atividade operacional	657 427	735 210
Perdas em imobilizado	602 657	698 512
Diferenças câmbio	407 805	1 277 846
Quotizações, donativos e ofertas e amostras inventario	88 211	67 680
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	271 536	818 915
Outros custos operacionais	143 914	8 085
	<u>2 171 550</u>	<u>3 606 248</u>
Outros proveitos operacionais		
Proveitos suplementares (1)	2 727 745	2 354 721
Diferenças câmbio	312 542	3 589 359
Compensação	260 000	-
Ganhos em imobilizado	10 772	17 123
Subsídios à exploração (2)	7 568 662	1 869 078
Reversão de imparidade (de dívidas a receber)	19 173	-
Subsídios para investimento	35 808	44 237
Outros ganhos operacionais	86 920	70 885
	<u>11 021 622</u>	<u>7 945 403</u>
Outros proveitos /(custos) operacionais	<u>8 850 072</u>	<u>4 339 155</u>

- (1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com fornecedores e franquiados (grupo Eat Out).
 (2) aumento decorre do reconhecimento de apoios governamentais no âmbito do Covid-19 no montante de 6.289.595 eur (IENAE).

19. GASTOS E PERDAS E RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS

Os gastos e perdas financeiras em 30 de Setembro de 2021 e 2020 apresentam-se conforme segue:

Gastos e perdas financeiras	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros de responsabilidades com locações (IFRS16)	11 593 951	12 571 109
Juros suportados c/ financiamentos	2 064 833	2 512 220
Outros gastos e perdas financeiras	<u>1 123 217</u>	<u>1 215 280</u>
	<u>14 782 001</u>	<u>16 298 609</u>

Os rendimentos e ganhos financeiros em 30 de Setembro de 2021 e 2020 apresentam-se conforme segue:

Rendimentos e ganhos financeiros	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros obtidos (1)	357 196	794 991
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>84 246</u>	<u>140 108</u>
	<u>441 442</u>	<u>935 099</u>

(1) montante referente essencialmente juros de obrigações do tesouro e depósitos a prazo.

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020 são detalhados como segue:

	<u>set/21</u>	<u>set/20</u>
Imposto corrente	526 195	361 369
Insuficiência (excesso) de estimativa de imposto	-224 427	-17 293
Imposto diferido	<u>-4 259 005</u>	<u>-10 669 572</u>
	<u>-3 957 237</u>	<u>-10 325 496</u>

A taxa efetiva de impostos sobre os lucros foi de 16% e 22%, respetivamente, em 30 de Setembro de 2021 e 2020, conforme segue:

	<u>set/21</u>	<u>set/20</u>
Lucros antes de impostos	-24 141 355	-47 211 820
Imposto s/ rendimento	<u>-3 957 237</u>	<u>-10 325 496</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>16%</u>	<u>22%</u>

21. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 30 de Setembro de 2021 e de 2020, o resultado básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado atribuível aos detentores do capital	-20 136 759	-36 840 904
Número médio ponderado das ações ordinárias emitidas	36 000 000	36 000 000
Número médio ponderado de ações próprias	-3 599 981	-3 599 981
	<u>32 400 019</u>	<u>32 400 019</u>
Resultado básico por ação (€ por ação)	<u>-0,62</u>	<u>-1,14</u>
Resultado diluído por ação (€ por ação)	<u>-0,62</u>	<u>-1,14</u>
Número ações próprias no final do período	<u>3 599 981</u>	<u>3 599 981</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

22. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes relacionados com o seu negócio (relativos a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

Foi intentado contra uma subsidiária do Grupo Eat Out em Espanha um processo indemnizatório por alegado incumprimento de acordos de não concorrência no valor de cerca de 11,7 milhões de euros. O Conselho de Administração suportado na posição dos advogados que acompanham o processo, considera que esta situação representa um passivo contingente. Adicionalmente, refira-se que o processo respeita a factos ocorridos antes da aquisição desta subsidiária por parte do Grupo Ibersol, estando, por conseguinte, ao abrigo das cláusulas de responsabilidade e garantias previstas no acordo de compra e venda de ações do Grupo Eat Out, existindo direito de regresso.

Adicionalmente, o Grupo tem presentemente um processo judicial em curso com um prestador de serviço subcontratado (num montante total máximo de cerca de 1,2 milhões de euros) para os quais considera não existir risco de eventuais responsabilidades adicionais a reconhecer nas demonstrações financeiras consolidadas, suportada na opinião dos seus assessores jurídicos.

23. OUTROS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>set/21</u>	<u>dez/20</u>
Garantias bancárias	25 389 605	25 211 435

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, conforme segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos</u>	<u>Outros</u>	<u>Reclamações outros processos</u>
24 999 997	23 327	301 550	52 731	12 000

O montante relativo a concessões e rendas decorre das garantias exigidas pelos proprietários dos espaços em concessão (ANA Aeroportos e AENA Aeroportos, em Espanha) ou arrendados (alguns Shoppings e outros locais), dos quais 19.713.000 euros são referentes à AENA Aeroportos.

Relativamente às medidas cautelares solicitadas visando que a AENA seja impedida de executar as garantias e cauções (Nota 11) que tem a seu favor no montante de 24,7 milhões de euros, no dia 26 de Março de 2021, o Tribunal decidiu favoravelmente a providência cautelar

24. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações com partes relacionadas em 30 de Setembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020 podem ser apresentados como se segue:

	<u>Empresa mãe</u>		<u>Empreendimentos conjuntos</u>		<u>Associadas</u>		<u>Outras entidades</u>	
	<u>3ºT 2021</u>	<u>Ano 2020</u>	<u>3ºT 2021</u>	<u>Ano 2020</u>	<u>3ºT 2021</u>	<u>Ano 2020</u>	<u>3ºT 2021</u>	<u>Ano 2020</u>
<u>Fornecimento de serviços</u>	620 592	1 000 000	2 799 568	3 667 953	-	-	-	-
<u>Rendas de contratos de locação</u>	-	-	-	-	-	-	1 650 834	1 373 755
<u>Contas a pagar</u>	-	-	1 254 217	1 215 575	-	-	-	-
<u>Outros ativos correntes</u>	-	-	-	-	-	300 000	-	-
<u>Investimentos financeiros</u>	-	-	-	-	300 000	-	400 000	-

A empresa mãe da Ibersol SGPS S.A. é a ATPS - SGPS, SA, detentora de 19.767.058 ações. A sociedade acionista presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga diretamente a estes administradores qualquer remuneração.

O Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e o Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira são, cada um, detentores de 2.520 ações da Ibersol SGPS, S.A.. Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indiretamente, em partes iguais, através, respetivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

As outras entidades referem-se a entidades controladas por outros detentores de influência significativa na empresa mãe do Grupo Ibersol. Os valores apresentados respeitam às rendas pagas no período pelo que, fruto da adoção da IFRS16, não correspondem ao montante de gastos com locações refletidos nas demonstrações financeiras. O valor presente dos compromissos de

pagamento estimados ao longo do prazo dos respetivos contratos ascendem, em 30 de Setembro de 2021, a cerca de 18,2 milhões de euros (18,4 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020).

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Setembro de 2021 e até à presente data, ocorreram os seguintes eventos:

1. Publicação da Ley 13/2021

No dia 2 de outubro de 2021 foi publicada a Ley 13/2021, que prevê novas regras aplicáveis aos contratos de arrendamento de estabelecimentos comerciais para atividades de restauração e retalho localizados em aeroportos geridos pela AENA.

Segundo as regras aprovadas, a renda anual mínima garantida prevista nestes contratos, para o período entre 15 de março de 2020 e 20 de junho de 2020, ambos incluídos, será eliminada e o seu pagamento não será exigível pela AENA e a partir de 21 de junho de 2020, a renda anual mínima garantida estabelecida nos referidos contratos será automaticamente reduzida na proporção direta da redução do volume de passageiros no aeroporto onde se localize o estabelecimento comercial em causa face ao volume de passageiros atingido no mesmo aeroporto em 2019, sendo que esta redução se aplicará em 2020, bem como em todos os anos subsequentes até que o volume anual de passageiros do aeroporto atinja o verificado em 2019.

Com base na interpretação da Ibersol dos termos deste diploma e nas estimativas de tráfego revistas de acordo com as últimas previsões de tráfegos da Eurocontrol, a Ibersol estima um valor de rendas mínimas garantidas a pagar inferior em cerca de 80 milhões de euros face ao inicialmente estipulado nos contratos, caso as referidas estimativas de tráfego se venham efetivamente a concretizar.

Ao período de 15 de março de 2020 até 30 de setembro de 2021, corresponde um diferencial de rendas de 41,7 milhões de euros que se traduziria de imediato numa redução em igual valor do passivo corrente.

Os efeitos contabilísticos da aplicação da referida lei estão a ser analisados e serão refletidos nas demonstrações financeiras anuais referentes ao ano de 2021. No entanto, considerando que o passivo de locação reflete, os compromissos de locação nos termos originais dos contratos, a aplicação da lei resultará necessariamente numa diminuição relevante do passivo de locação e igualmente dos direitos de uso, uma vez que as contribuições de locação associadas a estes contratos deverão ser reconhecidas como rendas e alugueres.

A Ibersol encontra-se igualmente a analisar potenciais impactos na recuperação dos ativos não correntes, atendendo a que da referida lei resultam montantes estimados de rendas a pagar superiores aos reclamados no litígio contra a AENA como também resultará um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo em 2021, sendo difícil a sua quantificação total nas demonstrações financeiras do grupo à data da presente divulgação.

2. Aumento de capital

O Conselho de Administração da Ibersol deliberou a 19 de outubro, um aumento de capital, realizado através de oferta pública de subscrição de dez milhões de ações com o preço de €4 (quatro euros) por ação dirigido aos acionistas da sociedade.

Esta oferta, visa garantir os meios necessários para concretizar as linhas de orientação estratégica e, em especial, retomar a normal cadência de investimentos de expansão, por forma a manter e alargar as quotas de mercados dos negócios e formatos que maior resiliência demonstraram no contexto de crise originada pela pandemia Covid-19.

Encerrado o período de subscrição, a procura total registada representou cerca de 146% do montante da oferta, motivo pelo qual o aumento de capital foi totalmente subscrito e realizado, traduzindo-se num encaixe financeiro bruto de 40 milhões de euros.